

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: PERSPECTIVAS  
E EVASÃO NO MUNICÍPIO DE CÁCERES-MT.**

**PEDRO JOSÉ DE LARA**

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: PERSPECTIVAS  
E EVASÃO NO MUNICÍPIO DE CÁCERES-MT.**

**PEDRO JOSÉ DE LARA**

Dissertação apresentada a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade do Oeste Paulista, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação. Área de Concentração: Instituição Educacional e Formação do Educador.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Helena Faria de Barros

374  
L318e

Lara, Pedro José de.

Educação de Jovens e Adultos: perspectivas e evasão no município de Cáceres-MT / Pedro José de Lara. – Presidente Prudente, 2011.  
98f.: il.

Dissertação (Mestrado em Educação)—  
Universidade do Oeste Paulista – Unoeste,  
Presidente Prudente, SP, 2011.

Bibliografia.

Orientadora: Helena Faria de Barros

1. Educação de Adultos. 2. Educação de  
Adolescentes. 3. Evasão escolar. I. Título.

**PEDRO JOSÉ DE LARA**

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: PERSPECTIVAS  
E EVASÃO NO MUNICÍPIO DE CÁCERES-MT.**

Dissertação apresentada a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação.

Presidente Prudente, 10 de agosto de 2011

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Helena Faria de Barros – Orientadora  
Universidade do Oeste Paulista – Unoeste  
Presidente Prudente-SP

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Tereza de Jesus F. Scheide  
Universidade do Oeste Paulista – Unoeste  
Presidente Prudente-SP

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Wanda Darin Miotto  
Associação de Ensino Superior de Osvaldo Cruz – AESOC  
Osvaldo Cruz - SP

## DEDICATÓRIA

Este trabalho de pesquisa é dedicado primeiramente a Deus todo poderoso, pela graça e oportunidade que me concedeu de realizar um grande sonho.

Aos meus pais Quirino e Maria (*in memoriam*).

A minha irmã Antônia (*in memoriam*).

Aos meus filhos Denise e José Maria (*in memoriam*).

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus todo poderoso pela vida, saúde, condições e oportunidade de realizar este projeto de vida profissional.

A minha esposa Núbia, pelo amor, companheirismo, dedicação e compreensão.

Ao meu filho Daniel pelo carinho, apoio e inocência.

Ao meu filho Diogo pela compreensão e ajuda.

Aos meus irmãos, Bento, Celina, Sebastião e seus respectivos familiares pelo apoio incondicional.

Aos amigos verdadeiros Agda, Cícero, Maria Isabel, Nilce e Sandra Teshima.

À minha orientadora professora Helena Faria de Barros, por ter compartilhado comigo suas inúmeras experiências e seus amplos conhecimentos, guiando-me na execução deste trabalho.

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da UNOESTE, em especial à Ina.

Às pessoas especiais que nos rodeiam, e que de uma forma ou de outra contribuíram para que a realização deste trabalho se tornasse possível.

*“Não devemos chamar o povo à escola para receber instruções, postulados, receitas, ameaças, repreensões e punições, mas para participar coletivamente da construção de um saber, que vai além do saber de pura experiência feita, que leve em conta as suas necessidades e o torne instrumento de luta, possibilitando-lhe ser sujeito de sua própria história”. (Paulo Freire)*

## RESUMO

### EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: PERSPECTIVAS E EVASÃO NO MUNICÍPIO DE CÁCERES-MT.

Esta pesquisa intitulada “Educação de Jovens e Adultos: Perspectivas e Evasão no município de Cáceres-MT” está vinculada à Linha de Pesquisa 1 - Instituição Educacional: Organização e Gestão, da Área de Concentração: Instituição Educacional e Formação do Educador, do Programa de Mestrado em Educação da UNOESTE de Presidente Prudente-SP. Os sujeitos da nossa pesquisa foram vinte alunos evadidos entre os anos de 2000 a 2009, escolhidos aleatoriamente para participar da entrevista. Todos matriculados na escola municipal Isabel Campos em Cáceres-MT. A escolha dessa escola entre as demais do município, deve-se à localização geográfica estratégica, pois recebe alunos das zonas urbana e rural. A pesquisa teve como objetivo o conhecimento das expectativas dos alunos ao ingressarem na Educação de Jovens e Adultos - EJA e o diagnóstico das causas do elevado índice de evasão escolar nas séries iniciais dessa modalidade de ensino. Os dados obtidos pelas entrevistas obedeceram a um roteiro cujos itens possibilitaram a análise e compreensão das perspectivas de ingresso e os motivos que levaram à evasão escolar. Documentos oficiais da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e da escola em questão, que registraram a vida escolar dos estudantes municipais da EJA, também foram dados de análise. Os dados coletados para exame se apoiaram e fundamentaram na análise de conteúdo, conforme indicação de Maria Laura P. B. Franco (2008). A investigação obedeceu à abordagem qualitativa, e características específicas dos estudos de caso. Os resultados obtidos mostraram o gradativo declínio da oferta da EJA no município pesquisado e a necessidade de trabalhar sendo o principal motivo de regresso e de evasão dos estudantes jovens e adultos.

**Palavras-chave:** Educação de Jovens e Adultos, Perspectivas de Ingresso, Causas de Evasão Escolar.



## ABSTRACT

### EDUCATION OF YOUNG AND ADULT STUDENTS: PERSPECTIVES AND SCHOOL DROPOUT IN THE CITY OF CÁCERES-MT.

This survey entitled “Education of Young and Adult Students: Perspectives and school dropout in the city of Cáceres-MT” is linked to a Line of Research – Educational Institution, Organization and Management from the Area of Concentration: Educational and Teacher Education Program of Master in Education of the UNOESTE in Presidente Prudente-SP. The participants of our study were twenty school dropout students from the period of 2000 to 2009, randomly selected to participate in the interviews. All of them belong to the municipal school called Isabel Campos, situated in Cáceres-MT. the choice of this school among the others was due to its strategic geographical location – This school receives students from urban and rural areas. The research was aimed at understanding the expectations of students when they start the Education of Young and Adult Students (EJA) and the diagnosis of the causes of the high dropout rate in the first series of this type of education. The data from the interviews followed a script whose items allowed the analysis and the understanding of the prospects for entry and the reasons that led to truancy. Official documents of the Municipal Education and Culture and of the School analyzed recorded the municipal school life of the EJA students were also analyzed. The data collected for analysis were supported and grounded of the content analysis, as indicated by Maria Laura P. B. Franco (2008). The research followed the qualitative approach and specific features of the case studies. The results showed a gradual decline in the offer of EJA in the city studied and the job was considered the main reason for the return and the dropout of young and adult students.

**Keywords:** youth and adult education, prospects for admission, causes of school dropouts.

## LISTA DE SIGLAS

ALFASOL – Alfabetização Solidária  
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CEB – Câmara de Educação Básica  
CEE/MT – Conselho Estadual de Educação do Estado de Mato Grosso  
CEFAPRO – Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica do Estado de Mato Grosso  
CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica  
CF – Constituição Federal  
CNBB – Conferência Nacional de Bispos do Brasil  
CNE – Conselho Nacional de Educação  
CME – Conselho Municipal de Educação  
CONFINTEA – Conferência Internacional de Educação de Adultos  
CRUZADA ABC – Cruzada de Ação Básica Cristã  
CUT – Central Única dos Trabalhadores  
DNE – Departamento Nacional de Educação  
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente  
EJA – Educação de Jovens e Adultos  
ENEJA – Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia  
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano  
IES – Instituição de Ensino Superior  
IFMT – Instituto Federal de Mato Grosso  
INEP - Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos  
LDB – Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional  
MEB – Movimento de Educação de Base  
MEC – Ministério da Educação e Cultura  
MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização  
MOVA – Movimento de Alfabetização  
Ong's – Organizações não governamentais  
ONU – Organização das Nações Unidas

PAS - Programa de Alfabetização Solidária  
PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais  
PEI – Programa de Educação Integrada  
PEJA – Programa de Educação de Jovens e Adultos  
PIB – Produto Interno Bruto  
PNAC - Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania  
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios  
PNE – Plano Nacional de Educação  
PROEJA – Programa Educacional de Jovens e Adultos  
PT – Partido dos Trabalhadores  
REAJA – Repensando a Educação de Jovens e Adultos  
SEDUC/MT – Secretaria de Estado de Educação e Cultura de Mato Grosso  
SEE/MT – Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso  
SINTEP/MT – Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso  
SIRENA – Sistema de Radio Educativo Nacional  
SMEC – Secretaria Municipal de Educação e Cultura  
SUS – Sistema Único de Saúde  
UAB – Universidade Aberta e a Distância do Brasil  
UFF – Universidade Federal Fluminense  
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais  
UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso  
UFPR – Universidade Federal do Paraná  
UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
UFSC – Universidade Federal de São Carlos  
UNDIME / MT – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação do Estado de Mato Grosso  
UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso  
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura  
UNOESTE – Universidade do Oeste Paulista  
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Taxas de analfabetismo das pessoas de 15 anos de idade ou mais – Brasil e Regiões – 1996.....	38
Quadro 2 - Dados estatísticos da Escola Municipal Isabel Campos – período: 2000 a 2009.....	58
Quadro 3 - Dados estatísticos educacionais do município de Cáceres-MT – período: 2000 a 2009.....	62
Quadro 4 - Respostas dos alunos à questão: Quais os motivos que o (a) levaram a matricular-se na EJA?.....	65
Quadro 5 - Respostas dos alunos à questão: Quais os motivos que o (a) levaram a desistir das aulas?.....	67

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Dados estatísticos da E.M. Isabel Campos – período: 2000 a 2009.....	61
Figura 2 -	Dados estatísticos do município de Cáceres-MT período: 2000 a 2009.....	64
Figura 3 -	Percentual de motivos de ingresso na EJA.....	71
Figura 4 -	Percentual de motivos de evasão na EJA.....	74

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Distribuição dos motivos explicitados pelos alunos para justificar porque se matricularam na EJA.....	70
Tabela 2 -	Distribuição dos motivos explicitados pelos alunos para justificar porque desistiram das aulas de EJA.....	72

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	15
2 EMBASAMENTO TEÓRICO. ....	24
2.1 A EJA no Mundo. ....	24
2.2 A EJA no Brasil .....	29
2.3 A EJA no Estado de Mato Grosso.....	39
2.4 A EJA no Município de Cáceres-MT. ....	41
2.5 A Contribuição de Paulo Freire .....	43
2.6 A Evolução Conceitual da EJA.....	46
3 ENCAMINHAMENTO DA PESQUISA.....	52
3.1 Objetivos .....	52
3.2 A Coleta de Dados .....	54
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS .....	56
4.1 Análise Documental .....	56
4.2 Análise das Entrevistas .....	65
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS. ....	78
REFERÊNCIAS.....	82
OBRAS CONSULTADAS.....	85
ANEXOS .....	88
APÊNDICES .....	96

## 1 INTRODUÇÃO

O termo Andragogia é creditado ao americano Malcolm Knowles, e denomina-se como a arte ou ciência de orientar adultos a aprender. Essa ciência surgiu na década de setenta, e estuda as práticas mais adequadas para a aprendizagem do adulto. É uma linha teórica que considera a experiência individual como a fonte mais rica de aprendizagem.

Segundo os conceitos da Andragogia, os adultos são motivados a aprender conforme vivenciam necessidades e interesses que a aprendizagem satisfará em sua vida.

A necessidade de saber, o autoconceito do aprendiz, o papel da experiência, a prontidão para aprender, a orientação para aprendizagem e a motivação são os princípios básicos que a educação de adultos utiliza para realizar e buscar êxito em suas atividades.

Educar adultos exige características específicas de ações a serem utilizadas, pois os adultos trazem consigo o acúmulo de experiências sociais variadas, o que lhes proporciona consciência sobre suas limitações e conceitos definidos sobre os valores e as frustrações da vida. Sobre isso Silva (2003, p. 172) afirma que:

O trabalho da educação sistemática deve, pois, oportunizar a ampliação das potencialidades humanas, abrindo horizontes para que cada um se autoconstrua e é esta oportunidade que se pode supor com o previsto na Lei. Mas, para concretizar estes propósitos em relação a jovens e adultos, parece fundamental que o passo inicial seja caracterizar o adulto, com o qual a educação trabalhará. A diferença entre as fases etárias não é só uma questão de preceito legal, mas um conjunto de características, significando que é essencial ampliar e otimizar todas as suas possibilidades, de sorte a contribuir para a maturidade da personalidade do educando e não só cultivar setores pragmáticos da existência. Na realidade, o desenvolvimento do potencial de cada um e os setores pragmáticos da existência devem ser complementares.

De acordo com a história da educação brasileira, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) originou-se no processo de colonização do nosso país. Com o fim do regime das capitanias e a chegada dos padres jesuítas em 1549. Esses padres dedicaram-se à catequização e instrução de adultos nativos e colonizadores. Precisamente o padre Manoel de Nóbrega e outros dois jesuítas foram os nossos



primeiros professores. Os jesuítas tiveram o domínio da educação de 1549 a 1759, período em que foram fundados vários colégios pelo país.

O período Pombalino (1760 a 1807), foi marcado pela expulsão dos jesuítas do Brasil e pelas mudanças educacionais implementadas pelo Marques de Pombal, que era contrário aos ensinamentos executados pelos jesuítas.

De 1808 a 1821 a educação brasileira ficou conhecida como período Joanino, graças à abertura de academias militares, escolas de direito e medicina e devido à vinda da família real para o Brasil. Esse fato provocou o rompimento com o sistema de governo anterior.

O período Imperial (1822 a 1888) ficou marcado pela promulgação da primeira constituição brasileira, a Constituição Política do Império do Brasil, jurada a 25 de março de 1824, essa lei determinou a instrução primária gratuita a todos os brasileiros, e a execução do processo educacional, como forma de aumentar as ações de ensino e aprendizagem e ao mesmo tempo suprir o déficit de professores, de acordo com o método Lancaster.

Esse método foi criado pelo inglês Joseph Lancaster, conhecido também como método de ensino mútuo ou monitorial. Ou seja, os alunos mais avançados ensinam aqueles que ainda não aprenderam. Foi o primeiro método oficial de ensino implementado no Brasil, instituído como ensino oficial pelo Decreto Imperial de 15/10/1827, que criou o ensino elementar no Brasil. Essa data foi escolhida posteriormente como o dia do professor, a primeira comemoração aconteceu em 1947 e foi oficializada nacionalmente como feriado escolar pelo Decreto Federal nº. 52.682 de 14 de outubro de 1963.

O período da Primeira República (1889 a 1929) foi influenciado pelo modelo de governo americano. A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, promulgada a 24 de fevereiro de 1891, tinha o positivismo como o viés filosófico educacional da época, e pregava a liberdade e laicidade do ensino.

A Segunda República (1930 a 1936) caracterizou-se pela adoção do sistema capitalista de produção, que aumentou a necessidade de mão-de-obra especializada e conseqüentemente, aumentou também a necessidade de investimentos na educação.

Nesse período houve também o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e a promulgação de nova Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, em 16 de julho de 1934, que dispõe ser a educação um direito de todos, e

deve ficar sob os cuidados da família e do poder público. Ambos devem possibilitar condições de vida moral, mormente a família, e de vida econômica de forma a desenvolver a consciência de participação e solidariedade humana.

Sobre a educação proposta nessa Constituição, Fávero (2001, p. 151), afirma que:

No esquema político autoritário que se implantou no Brasil a partir de 1930 e que culminou em 1937, o ensino religioso era, ao mesmo tempo, um instrumento de formação moral da juventude, um mecanismo de cooptação da igreja católica e uma arma poderosa na luta contra o liberalismo e no processo de inculcação dos valores que constituíam a base ideológica do pensamento político autoritário.

No período do Estado Novo (1937 a 1945), houve a promulgação da Constituição dos Estados Unidos do Brasil em 10 de novembro de 1937, a qual primava pela educação profissional devido aos interesses crescentes pelas atividades do mercado.

Para a educação essa nova Constituição previa:

Art. 125. A educação integral da prole é o primeiro dever e o direito natural dos pais. O Estado não será estranho a esse dever, colaborando, de maneira principal ou subsidiária, para facilitar a sua execução ou suprir as deficiências e lacunas da educação popular.

Art. 130. O ensino primário é obrigatório e gratuito, porém, não exclui o dever de solidariedade dos mesmos para com os mais necessitados; assim, por ocasião da matrícula, será exigida aos que não alegarem, ou notoriamente não puderem alegar escassez de recursos, uma contribuição módica e mensal para a caixa escolar. (FÁVERO, 2001, p.308-309).

O período da Nova Republica (1945 a 1964), pelo governo do presidente Eurico Gaspar Dutra, ficou marcado pela Constituição dos Estados Unidos do Brasil, promulgada a 18 de setembro de 1946, essa lei foi escrita com inspiração no Manifesto dos Pioneiros da Educação.

Essa constituição reconheceu que a educação é direito de todos os cidadãos e a sua prática deveria acontecer no lar e na escola. À União caberiam ações federais supletivas em locais pontuais do país que apresentassem deficiência no atendimento educacional. Determinou a obrigatoriedade de se cumprir o ensino primário. Congregou princípios liberais e conservadores. Para aquela época essa lei era bastante avançada e representou um progresso da democracia e das liberdades individuais do cidadão.

Em virtude das exigências dessa constituição, em 20 de dezembro de 1961, foi criada a Lei 4.024 que fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana.

Na Nova República as campanhas de alfabetização de massa, baseadas nas ideias e ensinamentos de Paulo Freire, espalharam-se por todo o país.

O governo do Regime Militar (1964 e 1985) acreditava que a alfabetização, conforme difundia Paulo Freire, incitava as práticas subversivas e comunistas, que ameaçavam o sistema de governo e, portanto, foi suprimida.

Em 24 de janeiro de 1967 foi promulgada nova Constituição do Brasil. Nesse período foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), e instituída a Lei 5.692 de 1971, Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a qual enfatizava a formação educacional de caráter profissionalizante no 2º grau, após o cumprimento de uma escolaridade mínima de oito anos.

O período da Abertura Política (1985 a 2001) foi caracterizado pelo fim do sistema de governo militar, e pela promulgação da atual Constituição da República Federativa do Brasil, em 05 de outubro de 1988, e pela Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996, a atual LDB (BRASIL, 2001).

No decurso histórico da educação brasileira, a Educação de Jovens e Adultos (doravante EJA), nem sempre foi prioridade entre as políticas públicas das esferas governamentais. A discriminação dessa modalidade de ensino é percebida pelas formas como este grave problema social foi enfrentado pelos governantes, sempre em forma de campanhas de alfabetização de massa. Dentre elas estão o Mobral, o Programa de Educação Integrada (PEI), a Fundação Educar, o Projeto Minerva, o Sistema de Radio Educativo, a Cruzada de Ação Básica Cristã (ABC), e outras. Essas campanhas tinham cunho político e objetivo eleitoral.

Hoje, a EJA recebe atenção diferenciada pelo governo e por entidades como as Organizações não Governamentais (Ong's), sindicatos e indústrias, pois as organizações civis perceberam que a melhoria e o crescimento do nível de educação dos funcionários estão intimamente relacionadas com o aumento da produtividade e com o aumento dos lucros.

A erradicação do analfabetismo e o desafio de uma EJA de qualidade foram pautas de discussões planetárias, por exemplo, a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em 1990 na Tailândia / Jomtiem.

Na V Conferência Internacional de Educação de Adultos (Confinteia), promovida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) no ano de 1997, na Alemanha/Hamburgo, vinculou-se a educação de adultos ao desenvolvimento sustentável e equitativo da humanidade.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de alfabetização das pessoas com 15 anos de idade ou mais em 2007 era de 90% (noventa por cento), isso significa que dezenove milhões de brasileiros jovens e adultos são excluídos do mundo letrado.

Devido ao nosso contato direto com a Educação de Jovens e Adultos no Município de Cáceres-MT, como professor da rede municipal de ensino, nos deparamos com um problema que preocupa os governantes e a sociedade, a existência de índices elevados de evasão escolar nessa modalidade de ensino com funcionamento no período noturno, a partir daí nasceu a ideia desta pesquisa.

Ao buscarmos dados na Secretaria Municipal de Educação percebemos que a realidade da Escola Municipal Isabel Campos, onde realizamos este trabalho, é idêntica às demais pertencentes ao sistema municipal de ensino, quanto ao quesito evasão escolar.

Em face desse universo problemático pensou-se esta pesquisa. Inicialmente buscou-se estabelecer o estado da arte sobre a evasão na EJA. Foram pesquisadas teses e dissertações defendidas nas universidades brasileiras sobre o assunto, além de autores que escrevem sobre o tema.

Quanto às dissertações e teses foi possível mapear sete produções, em nível de pós-graduação *stricto-sensu* no período entre 2007 a 2009, sendo uma tese e seis dissertações. O rastreamento dessas informações foi feito junto ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e são as seguintes:

COURA, Isamara Grazielle Martins. A terceira idade na educação de jovens e adultos: expectativas e motivações. Dissertação de mestrado defendida na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 2007.

Trata-se de uma pesquisa sobre os motivos e expectativas de pessoas com mais de sessenta anos de idade que retornaram à sala de aula, e o nível de

atendimento dessas ansiedades, haja vista que esses estudantes não tinham como objetivo o mercado de trabalho, dada à idade avançada, motivo que os exclui naturalmente das atividades trabalhistas produtivas e remuneradas.

MOTTA, Simone Fialho da. Educação de jovens e adultos: evasão, regresso e perspectivas futuras. Dissertação de mestrado defendida no Centro Universitário Moura Lacerda em Ribeirão Preto no Estado de São Paulo, em 2007.

Esse estudo procurou entender os fatores que promoveram a evasão escolar, os motivos de regresso e as perspectivas originadas desse processo na vida de estudantes de uma escola pública no interior do estado de São Paulo. Dentre os fatores significativos, destacou-se o trabalho como o grande motivador do resgate da auto-estima e da realização pessoal e profissional dos estudantes.

ALMEIDA, Miguel Rodrigues de. Educação de jovens e adultos no município de Senhor do Bonfim - BA: relação entre a prática docente e a evasão escolar. Dissertação de mestrado defendida na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), em 2008.

Essa pesquisa investigou a relação das práticas docentes com o fenômeno da evasão escolar. Segundo o autor, o fazer pedagógico tem significado expressivo no processo de construção do conhecimento e na formação educacional do cidadão, pode contribuir ou não para a permanência do aluno na escola. Os resultados alcançados apontaram para uma prática docente diretiva, bancária e pouco reflexiva, que não contribui para minimizar o elevado índice de evasão escolar.

SALES, Sheila Cristina Furtado. Educação de jovens e adultos no interior da Bahia: programa Reaja. Tese defendida na Universidade Federal de São Carlos (UFSC), em 2008.

A pesquisa analisou o programa Repensando a Educação de Jovens e Adultos (REAJA), e a sua história dentro do contexto demográfico e socioeconômico. Descreveu as expectativas discentes e docentes, identificou pontos positivos e negativos decorrentes do programa e as conseqüências de sua trajetória na prática docente atual.

ALMEIDA, Adriana de. Um estudo do e no processo de implantação no estado do Paraná do Proeja: problematizando as causas da evasão. Dissertação defendida na Universidade Federal do Paraná (UFPR), em 2009.

Essa pesquisa estudou o processo de implantação do Programa de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), no Estado do Paraná. Analisou os aspectos da eficiência política e social do programa. Buscou traçar o perfil socioeconômico da clientela, investigou as principais causas da evasão e identificou a efetivação da proposta do programa. Os resultados mostraram a impossibilidade de o autor afirmar o sucesso ou o fracasso do programa que se encontra em processo de desenvolvimento, e se constitui num desafio de implementação dessa política pública.

MILETO, Luís Fernando Monteiro. No mesmo barco, um ajuda o outro a não desistir: estratégias e trajetórias de permanência na educação de jovens e adultos. Dissertação defendida na Universidade Federal Fluminense (UFF), em 2009.

Essa pesquisa teve como objeto a relação entre as trajetórias escolares e de vida, com os processos de permanência ou de evasão no segundo segmento do ensino fundamental em uma escola do Programa de Educação de Jovens e Adultos (PEJA), da Secretaria Municipal do Rio de Janeiro. Dentre os resultados obtidos, destacaram-se os vínculos afetivos de solidariedade e cooperação entre os alunos mais jovens e os adultos.

VIEIRA, Edna Ferreira da Costa. Evasão escolar no curso do Programa Educacional de Jovens e Adultos (PROEJA). Dissertação defendida na Universidade Federal Fluminense (UFF), em 2009.

Essa pesquisa procurou identificar e analisar as possíveis lacunas e inconsistências sobre a evasão dos cursos técnicos do PROEJA realizados no Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), do município de Bambuí em Minas Gerais. Dentre os resultados apontados, destacaram-se fatos como problemas pessoais, dificuldades de locomoção ao local de estudo, necessidade de adequação aos horários de aula, necessidades financeiras. Constatou-se a necessidade de adequação do curso às necessidades pontuais dos alunos, como forma de diminuir a evasão.

De acordo com as consultas realizadas pode-se observar que poucos pesquisadores se dedicaram aos estudos das causas que motivam a desistência dos alunos. Conforme o exposto acredita-se que o trabalho de pesquisa que se

empreendeu seja inédito, e que possa sugerir discussões posteriores relacionadas ao tema.

Dado o problema sobre a evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos, o motivo que levou à realização desta pesquisa foi compreender o porquê do alarmante número de evadidos da Educação de Jovens e Adultos, nesta escola específica.

As primeiras observações mostraram que as pessoas que procuravam por essa modalidade de ensino sentiam a necessidade basilar da escolarização, que não aconteceu na idade escolar correta conforme prevê a legislação educacional.

O analfabetismo é um dos problemas sociais mais graves da nação brasileira, e com o advento da sociedade da informação responsável pela produção de muitos conhecimentos e equipamentos que rapidamente tornam-se obsoletos, graças à criação de novos modelos e de novas descobertas. Devido a isso, a busca pela escolarização e pelo aumento de conhecimentos tornou-se um processo contínuo a ser perseguido constantemente. Essa acelerada modernização provoca exclusão social, e por esta razão, é prioridade que os jovens e adultos recebam educação de qualidade para acompanhar o desenvolvimento tecnológico sem serem excluídos do mercado de trabalho e da sociedade.

O presente trabalho foi organizado em capítulos, e apresenta-se da seguinte forma:

A parte inicial, a introdução, descreve os aspectos formais relativos à realização da pesquisa, e os motivos que levaram a ela, além da apresentação do problema que a desencadeou.

No segundo capítulo faz-se uma contextualização da EJA no mundo, no Brasil, no Estado de Mato Grosso e no município de Cáceres, apresenta as ações desenvolvidas pela UNESCO no sentido de orientar e sistematizar atividades concretas de combate ao analfabetismo de jovens e adultos entre os países membros.

Caminha-se pela história da EJA no país, estado e município, descrevendo as orientações e fundamentação legal de sustentação jurídica dessa modalidade de ensino.

O terceiro capítulo conta a forma pela qual o trabalho de investigação foi conduzido: a coleta de dados e as entrevistas realizadas, a seleção de materiais de análise e a abordagem metodológica que orientaram o trabalho.

No quarto capítulo são apresentados os dados coletados, organizados em quadros e gráficos para fácil visualização quantitativa da situação geral das características educacionais da evasão escolar no município, referentes à EJA.

Nesse capítulo é feita a análise e interpretação desses dados, consoante com a análise de conteúdo, indicado por Franco (2008).

As considerações finais fecham algumas ideias em relação aos aspectos fundamentais e significativos da pesquisa realizada, o alcance dos objetivos iniciais, as dificuldades encontradas e descobertas realizadas durante o processo de pesquisa.

As referências bibliográficas que deram suporte a pesquisa encerram a dissertação. Por fim, são apresentados os anexos e apêndices do trabalho.

O texto produzido é, portanto, uma visão das perspectivas, motivos e fatos que permeiam a evasão na EJA, na Escola Municipal Isabel Campos, no município de Cáceres-MT, sob a luz dos conhecimentos acadêmicos. Para o pesquisador, este tema merece a realização de estudos mais detalhados e profundos.

No capítulo que segue apresentam-se os fundamentos teóricos que orientaram e dirigiram a investigação.



## 2 EMBASAMENTO TEÓRICO

### 2.1 A EJA no Mundo

As fases da vida humana entendidas como jovem e adulta definem os momentos cronológicos de base estipulados para a verificação do cumprimento ou não da escolaridade mínima exigida pelos organismos internacionais ligados às questões educativas.

Segundo a legislação pertinente, o processo educativo dos jovens e adultos se apresenta sob duas dimensões definidas. Na primeira, a educação de adultos é caracterizada como um processo destinado a suprir a carência escolar daqueles que não usufruíram do processo normal de escolarização conforme a idade e a série, portanto, não utilizam os meios mais simples de comunicação escrita. A segunda dimensão tem por objetivo o aperfeiçoamento de adultos, que já dominam os mínimos indispensáveis da comunicação escrita, e se utilizam do processo educacional como uma forma de aprimoramento ou especialização.

Graças a essa segunda dimensão, denominada educação complementar, surgiu a história da educação de adultos, no final do século XIX, em alguns países desenvolvidos, como por exemplo, a Inglaterra.

As necessidades básicas como saúde, segurança, educação sanitária, cultivo da terra, locomoção, dependem constantemente de utilização de livros, avisos, anúncios, recomendações e bulas. Sem esses conhecimentos adequados não haveria possibilidade de decifrar mensagens, o que restringiria o campo de decisões e a apresentação de melhores soluções. Dessa forma, o indivíduo não poderia ser beneficiado com os recursos advindos da leitura e da escrita, dada a limitação de conhecimento e compreensão do mundo que o rodeia.

Nesse contexto, a alfabetização surge como possibilidade de desenvolvimento individual, e de eliminar a marginalização social.

No mundo contemporâneo, as sociedades urbanas e desenvolvidas exigem a leitura e escrita como forma básica de integração ao meio. Sem esses instrumentos o indivíduo estará impossibilitado de novas adaptações. Além da exigência social, há exigências de ordem pessoal, pois a capacidade de

compreensão é atributo inerente ao ser humano, e à educação cabe a realização do desenvolvimento e ampliação desse fator.

O percurso histórico da educação mundial nos mostra que além de pesquisas e estudos realizados, a possibilidade de alfabetização de adultos pode ser comprovada com os resultados práticos, obtidos pelas campanhas de erradicação do analfabetismo, desde que haja empenho e motivação política e social para essa superação.

É o caso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), ao promulgar o Decreto de 26/12/1919, assinado por Vladimir Lenine “Todos os habitantes iletrados da República, entre 18 e 50 anos, devem aprender a ler e a escrever em sua língua materna ou em russo, como escolher. O ensino será dado nas escolas do Estado existentes e naquelas que serão criadas para iletrados conforme os planos do Comissariado do Povo da Instrução Pública”. Graças ao entusiasmo reinante e às condições existentes na época, tornou-se possível na década de quarenta eliminar definitivamente o analfabetismo no território russo.

A UNESCO surgiu em 16 de novembro de 1945, com o objetivo de contribuir para a paz e segurança no mundo, mediante a educação, a ciência, a cultura e as comunicações. Após sua fundação, o primeiro objetivo foi a redução do analfabetismo no mundo.

Entre os problemas enfrentados por essa organização, o principal foi o equacionamento da situação de pobreza e ignorância em que vivia grande número de pessoas em todo o planeta.

Em face disso elaboraram-se considerações e recomendações, as quais foram seguidas por vários países que se empenharam em erradicar o analfabetismo, como o México, o Brasil e o Irã.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura é um organismo internacional que desde a sua criação sempre manteve uma posição de estímulo aos países-membros, com ampla divulgação das realizações nacionais. A partir dessa linha de pensamento e ação, a UNESCO aprovou a Declaração dos Direitos Humanos, na III Sessão Ordinária da Assembléia Geral das Nações Unidas, em 1948, pelo qual o art. 26 estabelece que:

1. Todo homem tem direito à instrução. A instrução será gratuita pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnica-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, está baseada no mérito.
2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito dos direitos do homem pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações, a grupos raciais ou religiosos e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.
3. Os pais têm prioridade do direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos. (UNESCO, 1948).

A Declaração dos Direitos Humanos de 1948 ampliou a ideia de instrução, tornando-a direito de todos, em qualquer idade. Dessa forma a Educação de Adultos ganhou uma nova visão, mais expandida.

A UNESCO tem demonstrado grande interesse em equacionar os aspectos próprios da formação de adultos, de acordo com as particularidades de cada nação, pelo incentivo aos governos, o aproveitamento e a divulgação das experiências locais positivas vivenciadas, e direcioná-las para princípios relevantes. Muitas ações marcaram o compromisso da UNESCO referente à educação de adultos. Dentre elas, merece destaque a realização das Conferências Internacionais de Educação de Adultos (Confinteia).

Essas Conferências determinaram posições marcantes que agregaram os pensamentos dos diversos países participantes, pelas ações e respostas aos problemas específicos.

A I Confinteia foi realizada na Dinamarca no ano de 1949, e contou com a participação de trinta e três países, a maioria pertencente à Europa.

Essa Conferência foi caracterizada pelo pessimismo e insegurança face aos acontecimentos da época, o término da Segunda Guerra Mundial.

O relatório final dessa conferência delineou o quadro da educação de adultos, conforme afirma Gadotti (2009, p. 8).

O indivíduo não vive isolado, nem somente para si mesmo, pertence a uma família e a determinados grupos econômicos, sociais e nacionais, com os quais tem certas obrigações. Uma educação democrática tem que conseguir um equilíbrio entre o direito do indivíduo viver livre e humanamente e os deveres com a comunidade a qual pertence. Assim, a função da educação de adultos consiste em proporcionar aos indivíduos os conhecimentos necessários para o desempenho de suas funções sociais, econômicas e políticas, e, especialmente, em capacitá-los mediante a participação na vida de suas respectivas comunidades, para viver de modo mais completo e harmonioso. Por conseguinte, o objetivo da educação de adultos não consiste tanto em instruir como em formar, em tratar de criar

um ambiente de curiosidade intelectual, de liberdade social e de tolerância, desenvolvendo em todas as pessoas o desejo e a capacidade de participar do desenvolvimento da vida cultural de sua época.

O posicionamento assumido pelos congressistas, marcou uma fase da educação de adultos própria de países desenvolvidos, que foi tratada como elemento formador, procurando utilizar os conhecimentos já adquiridos na participação da vida comunitária, e despertar a curiosidade intelectual.

A II Confintea foi realizada no Canadá no ano de 1960. Contou com a participação de cinquenta e um países, para discutir a educação de adultos. A partir dessa conferência, a educação de adultos passou a ser discutida com base nos princípios de democratização, continuidade e funcionalidade da educação.

O resultado desse evento culminou com um documento denominado “Declaração de Montreal”, que determinou as novas tendências da educação de adultos e o início da proposição de um processo de educação permanente. Segundo o conceito da UNESCO, essa educação é um “processo contínuo que considera a evolução permanente das capacidades, motivações e aspirações, que variam segundo a idade e o quadro no qual o indivíduo se coloca nos diferentes períodos de sua vida”.

A preocupação com a sobrevivência, a paz, e a felicidade do homem são elementos constituintes dessa declaração marcadas pelo otimismo e confiança no atual momento vivido pelo planeta.

Paralelamente a essas Conferências, a UNESCO desenvolveu uma série de estudos e ações para atendimento à problemática dos países envolvidos com o problema do analfabetismo, que até então tinham na leitura e na escrita os elementos determinantes do processo de formação educacional do cidadão.

A UNESCO realizou no Irã, em 1965, O Congresso Mundial de Ministros de Educação, visando à erradicação do analfabetismo. Este congresso contou com a participação de trinta e sete países que se reuniram especialmente para discutir a educação de adultos. Essa reunião centralizou a importância da eliminação do analfabetismo como fator essencial para o progresso econômico, social, político e cultural, dando ênfase à alfabetização funcional, ou seja, a educação de adultos voltada para um sentido mais amplo.

O relatório final desse congresso determinou pontos como a participação efetiva dos organismos especializados, na execução de campanhas de

alfabetização, envolvimento dos organismos locais, políticas contínuas de alfabetização de adultos e execução de programas de desenvolvimento que apresentem estreito relacionamento com a comunidade atingida, dessa forma convencendo-as a participar com interesse do pleito.

A III Confintea foi realizada no Japão em 1972, contou com a participação de oitenta e cinco países e consolidou a educação de adultos como elemento que iria permitir a instalação da educação permanente. Esse evento traçou os seguintes objetivos:

I – examinar as tendências da educação de adultos no decênio passado;

II – considerar as funções da educação de adultos no contexto da educação permanente;

III – examinar as estratégias do desenvolvimento educativo quanto à Educação de Adultos.

Apesar do empenho e da determinação da UNESCO em promover uma educação integral do indivíduo, voltada para a formação de comportamentos que possibilitem novas aprendizagens, a maioria dos países ainda estava longe de realizar essa educação. Há necessidade de soluções mais objetivas para a erradicação do analfabetismo.

A IV Confintea foi realizada na França em 1985, contou com a participação de cento e doze países membros, utilizou a temática “aprender é a chave do mundo”, como o maior desafio da humanidade. Foi enaltecida a importância do reconhecimento do direito de aprender a ler e escrever, o questionar e analisar, imaginar e criar, ler o próprio mundo, escrever a história, ter acesso aos recursos educacionais e desenvolver habilidades individuais e coletivas.

A V Confintea, foi realizada na Alemanha em 1997, num contexto de continuidade das demais. Essa conferência caracterizou a história da EJA de forma singular, pelo intenso processo antecipado de preparação mundial, possível graças à participação e articulação de redes, fóruns, movimentos e Ong's, em torno dos seus objetivos. Sob o tema aprendizagem de adultos como ferramenta, direito, prazer e responsabilidade, o evento contou com a participação efetiva de mais de cento e setenta países membros.

O êxito e a importância desse evento ocorreram por meio de parcerias estabelecidas entre governos e sociedade civil. Deixou muitos pontos positivos e

segundo Gadotti (2009, p.10), “qualquer visão prospectiva hoje, no campo da EJA, deve levar em conta as numerosas lições deixadas pela Confinteia V”.

Esse evento ampliou a visão da Educação de Adultos. A Declaração de Hamburgo entende a Educação de Adultos como aquela que:

(...) engloba todo o processo de aprendizagem, formal ou informal, onde pessoas consideradas “adultas” pela sociedade, desenvolvem suas habilidades, enriquecem seu conhecimento e aperfeiçoam suas qualificações técnicas e profissionais, direcionando-as para a satisfação de suas necessidades e as de sua sociedade. (GADOTTI; ROMÃO, 2008, p. 128).

A VI Confinteia foi realizada no Brasil em 2009, e pela primeira vez esse evento foi realizado em um país da América do Sul. Os participantes discutiram ações para a EJA a serem desenvolvidas nos próximos doze anos. A educação e a aprendizagem ao longo da vida, o direito e o acesso à educação nos diferentes níveis de escolaridade, a educação não formal, as aprendizagens múltiplas relacionadas ao trabalho, meio ambiente e saúde foram os eixos norteadores da elaboração do documento final.

## **2.2 A EJA no Brasil**

A educação de jovens e adultos refere-se a um processo de desenvolvimento e transformação do pensar e agir do cidadão, é destinada aos indivíduos com quinze anos ou mais de idade. Essa fase determinada da vida é amparada pela Lei nº. 9.394, de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e por legislação específica correlata às orientações internacionais da UNESCO.

Dentre as diferentes modalidades de Educação de Jovens e Adultos, destaca-se no Brasil, o processo de erradicação do analfabetismo, com grande interesse em elevar a taxa de alfabetização. Esse processo se apresenta como problemática enfrentada pelos governantes para resolver os problemas de desenvolvimento.

Há os que defendem, mas também há os que condenam a sua organização, pois, segundo esses críticos, há desvio de recursos humanos e materiais da educação formal de crianças e jovens. A EJA é fato e merece estudo e pesquisa acadêmica na era contemporânea.

O Brasil foi colônia de Portugal entre 1500 e 1822, e a educação brasileira iniciou-se em 1549 com a chegada dos jesuítas, o padre Manoel de Nóbrega, o irmão Vicente e o noviço José de Anchieta. Eles foram nossos primeiros professores, e também os primeiros educadores de adultos no Brasil, ministraram aos índios, já adultos, as primeiras noções da religião católica e da cultura ocidental. O domínio dos jesuítas na educação durou aproximadamente duzentos anos e nesse período foram fundados vários colégios católicos, alguns dos mais importantes do país.

Manoel de Nóbrega forjou um plano de ensino adaptado ao nosso país. O programa de ensino era composto de língua portuguesa, doutrina cristã e a escola de ler e escrever. Depois dessa fase o aluno ingressava no estudo de música instrumental e canto orfeônico, em seguida poderia finalizar os estudos com o aprendizado profissional ligado à agricultura ou seguir mais adiante com aulas de gramática e então completar a sua formação escolar na Europa.

A pedagogia nesses colégios católicos evoluiu para a adoção do sistema *Ratio Studiorum* – plano de estudos da companhia de Jesus, oficializada pela igreja católica em 1540.

A companhia de Jesus foi expulsa de Portugal e do Brasil em 1759, quando o Marquês de Pombal, ministro de estado em Portugal, implantou reformas para adaptar aquele país e suas colônias às transformações econômicas, políticas e culturais que ocorriam na Europa.

Devido a divergências de objetivos da educação, os jesuítas pregavam o proselitismo religioso e a fé, enquanto o Marques de Pombal tinha interesses comerciais e pensou a educação voltada para os interesses do Estado. O resultado do novo sistema implantado por Pombal reduziu a educação brasileira ao caos.

Essa situação só sofreu mudanças a partir de 1808 com a chegada da família real ao Brasil. Nesse período a educação brasileira ainda não era prioridade. Havia escolas das primeiras letras nas capitais das províncias e alguns colégios. Foram abertas academias militares, escolas de direito e medicina, surgindo então a

Imprensa Régia, que possibilitou o registro e discussão dos fatos pela população letrada.

Já na República, no ano de 1932, houve a assinatura do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. (a reconstrução educacional do Brasil – ao povo e ao governo). Segundo os integrantes do movimento, o mal da educação estava na insuficiência dos planos de governo. Faltavam aos governantes e seus dirigentes, uma filosofia da educação e uma visão científica dos problemas educacionais.

A Constituição Brasileira de 1934 previu o ensino primário obrigatório para adultos, na contramão das demais constituições que não trataram desse problema. Com a substituição desta pela Constituição de 1937, o problema ficou a cargo de cada Estado da Federação.

A Constituição de 1946, assinada pelo presidente Eurico Gaspar Dutra, reconheceu a educação como direito de todos e dever do Estado. Dessa forma, a educação passou a ser oficialmente reconhecida como direito social.

O cuidado com a educação de adultos no Brasil foi motivado por objetivos desenvolvimentistas, graças ao momento histórico pelo qual o trabalho e o sistema de produção passavam. A qualificação profissional e o aperfeiçoamento dos conhecimentos dos brasileiros representavam maior produtividade e conseqüentemente maiores desenvolvimentos para a nação.

A legislação federal que trata da educação de adultos exprime as ideias norteadoras das ações a serem efetivadas ao momento político e a disponibilidades de recursos financeiros e humanos.

As ações estaduais, municipais e particulares na maioria das vezes se espelham nas orientações federais, mas adaptando essas ações às especificidades locais e regionais, daí a importância do governo federal de ter uma política definida e clara para a EJA.

No processo de evolução da educação de adultos no Brasil identifica-se um movimento regional que graças à sua repercussão conseguiu transformar-se em movimento nacional. Foi a experiência de Angicos, no Rio Grande do Norte, que em 1963 levou o seu idealizador, Paulo Freire a dirigir as comissões de cultura popular a nível nacional.

Em linhas gerais os grandes movimentos empreendidos entre 1940 e 1960 tiveram caráter apenas de erradicação do analfabetismo.



Também com o objetivo de erradicar o analfabetismo, a EJA, de forma sistemática e contínua iniciou-se na década de 40, após a constatação através de Censo, de um índice de mais de 50% (cinquenta por cento) de brasileiros analfabetos.

Alarmados com o índice de analfabetismo, diversas campanhas de nível federal ocorreram no país, entre outras destacamos:

A Campanha de Educação de Adultos e Adolescentes (1947 a 1963), foi a primeira em nível nacional, idealizada e realizada por Lourenço Filho. Contava com todo um aparato legal, assinado pelo então presidente da república Getúlio Vargas, que entre outros instituiu o Fundo Nacional do Ensino Primário. Do valor desse fundo foram destinados 25% (vinte e cinco por cento) para a Educação de Jovens e Adultos. Essa campanha contou com o apoio do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) e do Departamento Nacional de Educação (DNE), subsidiados pelas orientações da UNESCO. Apesar do caráter descontínuo da campanha, precisando a cada ano nova portaria de prorrogação e segundo avaliação do governo, a mesma apresentou resultados positivos, baixando os índices de analfabetismo.

A Campanha Nacional de Educação Rural (1952 a 1963) foi aprovada pelo Ministro da Educação com o intuito de levar a educação de base ao meio rural. Ficou subordinada à Campanha de Educação de Adultos e Adolescentes, que estava em pleno funcionamento. Ela não possuía recursos financeiros próprios, dependia de autorização de verbas e de doações, o que limitou o alcance e êxito de suas atividades.

A Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (1958 a 1963) – ao longo dos anos as campanhas foram perdendo a motivação inicial, talvez devido à perda das lideranças, as quais eram substituídas por outras pessoas que não tinham o mesmo entusiasmo pelo processo. Isso favoreceu a aparecimento de outras campanhas.

Diferentemente das outras, essa última campanha citada estava subordinada diretamente ao ministro da educação e fazia parte das metas desenvolvimentistas propostas pelo governo Kubitschek. Possuía recursos financeiros consignados no orçamento da República.

Em 1957 foi fundado o Serviço de Rádio Educativo Nacional (SIRENA), graças ao interesse da igreja católica e do governo federal, após o conhecimento da bem sucedida experiência colombiana nessa área.

Esse serviço conseguiu alfabetizar muitos brasileiros com mais de quatorze anos de idade e atingiu a grande maioria dos municípios. Transformou-se num importante instrumento de promoção política dos governantes. Devido a inúmeros problemas, como recursos financeiros e desinteresse dos gestores atuais, seus trabalhos foram encerrados em 1969.

O posicionamento governamental brasileiro frente à educação de adultos até o período que antecedeu a Lei nº. 5.692/71, restringiu-se exclusivamente a campanhas de erradicação do analfabetismo, ou seja, medidas de caráter imediatista.

A Lei nº 9.394/96 (LDB) contemplou a Educação de Jovens e Adultos com características específicas, referindo-se a essa modalidade como “ensino supletivo”. Conforme a seguir:

Art. 24. O ensino supletivo terá por finalidade:

a) suprir a escolarização regular para os adolescentes e adultos que não a tenham seguido ou concluído na idade própria;

1) proporcionar, mediante repetida volta à escola, estudos de aperfeiçoamento ou atualização para os que tenham seguido o ensino regular no todo em parte.

Parágrafo Único. O ensino supletivo abrangerá cursos e exames a serem organizados nos vários sistemas de acordo com as normas baixadas pelos respectivos Conselhos de Educação.

Art. 25. O ensino supletivo abrangerá, conforme as necessidades a atender, desde a iniciação no ensino de ler, escrever e contar e a formação profissional definida em lei específica até o estudo intensivo de disciplinas do ensino regular e a atualização de conhecimentos.

§ 1º Os cursos supletivos terão estrutura, duração e regime escolar que se ajustem às suas finalidades próprias e ao tipo essencial de aluno a que se destinam.

§ 2º Os cursos supletivos serão ministrados em classes, ou mediante a utilização de rádio, televisão, correspondência e outros meios de comunicação que permitam alcançar o maior número de alunos.

Art. 26. Os exames supletivos compreenderão a parte do currículo resultante do núcleo comum, fixado pelo Conselho Federal de Educação, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular, e poderão, quando realizados para o exclusivo efeito de habilitação profissional de 2º grau, abranger somente o mínimo estabelecido pelo mesmo Conselho.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo deverão realizar-se:

a) ao nível de conclusão do ensino de 1º grau, para os maiores de 18 anos;

b) ao nível de conclusão do ensino de 2º grau, para os maiores de 21 anos.

§ 2º Os exames supletivos ficarão a cargo de estabelecimentos oficiais ou reconhecidos indicados nos vários sistemas, anualmente, pelos respectivos Conselhos de Educação.

§ 3º Os exames supletivos poderão ser unificados na jurisdição todo um sistema de ensino, ou parte deste, de acordo com normas especiais baixadas pelo respectivo Conselho de Educação.

Art. 27. Desenvolver-se-ão, ao nível de uma ou mais das quatro últimas séries do ensino de 1º grau, cursos de aprendizagem, ministrados a alunos de 14 a 18 anos, em complementação da escolarização regular, e, a esse nível ou ao de 2º grau cursos intensivos de qualificação profissional.

Parágrafo único. Os cursos de aprendizagem e os de qualificação darão direito a prosseguimento de estudos quando incluírem disciplinas, áreas de estudo e atividades que os tornem equivalentes ao ensino regular, conforme estabeleçam as normas dos vários sistemas.

Art. 28. Os certificados de aprovação em exames supletivos e os relativos à conclusão de cursos de aprendizagem e qualificação serão expedidos pelas instituições que os mantenham. (BRASIL, 2001).

Apesar das limitações dessa Lei, ela trouxe nova visão para a EJA, que até então era sinônimo de campanhas descontínuas de alfabetização, e foi o início de discussões e ações de tornar a EJA direito do cidadão e dever do Estado.

A Mobilização Nacional Contra o Analfabetismo (1962 a 1963) foi uma campanha que ficou sob o comando do próprio presidente da república, o polêmico Jânio Quadros.

Ele não revogou as demais campanhas, mas fez com que ela fosse incorporada às outras que estavam em andamento. Essa campanha pretendia escolarizar indivíduos de até vinte e um anos de idade e, se possível, até de mais de vinte e um anos. Os recursos vieram do Fundo Nacional de Ensino Primário. Essa campanha teve pouca duração.

Até esse momento, os dirigentes brasileiros não avaliavam e nem faziam uma análise crítica do desenvolvimento das campanhas, e sim substituía uma por outra, logo que verificava que os objetivos propostos não foram atendidos.

As Comissões de Cultura Popular e o Programa Nacional de Alfabetização (1963 a 1964) iniciaram os seus trabalhos em Brasília.

A Comissão de Cultura Popular foi presidida por Paulo Freire, na época professor da Universidade do Recife, que tinha repercussão nacional devido aos resultados positivos alcançados pelo seu trabalho com a educação de adultos.

Paralelamente a esses trabalhos, vários movimentos de erradicação do analfabetismo foram realizados por entidades particulares ou estatais. Dentre as iniciativas na área destaca-se o Movimento de Educação de Base (MEB), realizada pela Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), com apoio financeiro do governo federal.

Devido ao golpe militar de 1964, foram extintas as Comissões de Cultura Popular e o Programa Nacional de Alfabetização, classificados pelos militares como comunizantes e subversivos, e os seus promotores foram duramente perseguidos e reprimidos.

A Cruzada de Ação Básica Cristã (Cruzada ABC) surgiu após o golpe militar de 1964. O Estado da Paraíba foi o modelo de implantação da cruzada. O movimento projetou-se como o braço pedagógico do estado militar e posteriormente tornou-se uma das forças embrionárias da formação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL).

Dentre os objetivos dessa campanha, estava o combate especial e específico ao Sistema Paulo Freire de alfabetização de adultos. O investimento financeiro nessa campanha de alfabetização foi o maior já realizado na história brasileira. Apesar de não lograr êxito, tentou-se demonstrar a capacidade de disseminação do movimento em todo o país.

O Movimento Brasileiro de Alfabetização (1967 a 1985) surgiu devido à nova ordem político-administrativa imposta ao país pelo golpe militar de 1964. O MOBRAL foi oficialmente criado em 1967, mas posto em prática somente em 1970. Expandiu-se por toda a nação com formas diversificadas de atuação.

Do MOBRAL foi criado o Programa de Educação Integrada, caracterizado como uma forma condensada do antigo curso primário. Pelo Censo de 1970, o Brasil tinha 33% (trinta e três por cento) de analfabetos com quinze anos de idade. Esse número seria ainda maior se fosse levado em consideração a aplicabilidade dos conhecimentos e não apenas o saber ler e escrever.

O MOBRAL foi a sexta campanha federal na tentativa de erradicar o analfabetismo brasileiro, caracterizou o insucesso das demais campanhas. Em 1985, já desacreditado, foi extinto.

Em seu lugar foi criada a Fundação Educar (1985 a 1990), que teve como objetivo a preocupação com a educação básica. Contou com o apoio técnico e financeiro de organizações não governamentais e empresas privadas. O objetivo era promover a execução de programas de alfabetização e de educação básica não-formais, destinados aos que não tiveram acesso à escola ou dela foram excluídos prematuramente, a mesma havia sido extinta pelo governo de Fernando Collor de Mello no início da década de 90. Com a extinção da Fundação Educar, surgiu o

Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC), que teve duração de apenas um ano.

O Programa de Alfabetização Solidária (PAS) (1997) foi criado no governo Fernando Henrique Cardoso, com o objetivo de atuar na alfabetização e continuidade dos estudos. O PAS contou com parcerias entre os poderes público federal e municipal, Instituições de Ensino Superior (IES), pessoas físicas, empresas, instituições, organizações e com o Ministério da Educação e Cultura (MEC). A partir de 2002 o PAS se tornou uma Ong, denominada de Alfabetização Solidária (ALFASOL), e continua até hoje atuando na EJA.

O Programa Brasil Alfabetizado (2003) foi criado no governo Lula e está atualmente em funcionamento. Esse programa foca a erradicação do analfabetismo e a inclusão social dos analfabetos, e conta com a participação do governo, das IES, de Ong's e organizações da sociedade civil. A sociedade brasileira também vivenciou a educação por correspondência, conceito evoluído para educação a distância. Essa forma de educação é conhecida desde o século XIX, e surgiu devido a necessidade do preparo profissional de pessoas que não podiam estudar de forma presencial.

Com o término da Primeira Guerra Mundial essa educação se ampliou, graças ao aperfeiçoamento dos meios de comunicação.

No Brasil, as experiências pioneiras em educação a distância foram do Instituto Monitor fundado em 1939, do Instituto Universal Brasileiro em 1941 e do Instituto Padre Reus em 1974. A Universidade Aberta e a Distância no Brasil (UAB) e a Fundação Roberto Marinho são outros exemplos mais recentes da educação a distância.

A partir da Constituição Federal de 1988 e da LDB de 1996, a EJA passou a ser entendida não mais como educação suplementar, mas, como direito, como elemento essencial para a construção de uma sociedade mais justa, tendo como princípio a garantia do exercício da cidadania.

Atualmente, o índice de analfabetismo no Brasil ainda é alto, mas, o país conta com dispositivos legais que visam sanar ou amenizar esse problema, principalmente a Constituição Federal em vigor, a de 1988, que prevê:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público que conduzam à:

I – erradicação do analfabetismo.

A Lei nº. 9.394 de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional é um dispositivo legal que regulamenta os artigos da Constituição Federal. Prevê ainda a realização de exames para conclusão do ensino fundamental para os maiores de 15 anos e ensino médio para os maiores de 18 anos.

Essa Lei determina que:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O poder público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I – no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II – no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames. (BRASIL, 1988).

No ano de 2002 a Câmara Federal de Deputados aprovou o Plano Nacional de Educação, a Lei nº. 10.172 de 09 de janeiro de 2001. O Plano apresentou dados do IBGE de 1996, pelos quais os índices de analfabetismo entre jovens e adultos ficava assim distribuído:

Quadro 1: Taxas de analfabetismo das pessoas de 15 anos de idade ou mais – Brasil e Regiões – 1996.

Brasil	14,7%
Região Norte (urbana)	11,6%
Região Nordeste	28,7%
Região Sudeste	8,7%
Região Sul	8,9%
Região Centro-Oeste	11,6%

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – IBGE, 1996.

De acordo com o diagnóstico do governo federal, esses índices de analfabetismo devem ser considerados como uma vergonha nacional. Atinge mais de 16 milhões de brasileiros acima de 15 anos de idade, e a grande concentração de analfabetos está nas regiões mais pobres do país. O nordeste é a região brasileira com maior índice, e a região sudeste tem o menor índice.

A meta de erradicação do analfabetismo proposta pelo Plano e suas bases legais, é trabalho árduo que requer ampla mobilização de recursos financeiros e humanos do governo e da sociedade em geral.

A história da EJA é rica em formas de ações e tentativas variadas de enfrentar o problema, umas positivamente como Paulo Freire, e outras negativamente conforme o discurso do Senador Darcy Ribeiro (1977).

Quem pensar um minuto que seja sobre o tema, verá que é óbvio que quem acaba com o analfabetismo adulto é a morte. Esta é a solução natural. Não se precisa matar ninguém, não se assustem! Quem mata é a própria vida, que traz em si o germe da morte. Todos sabem que a maior parte dos analfabetos está concentrada nas camadas mais velhas e mais pobres da população. Sabe-se também, que esse pessoal vive pouco, porque come pouco. Sendo assim, basta esperar alguns anos e se acaba com o analfabetismo. Mas só se acaba com a condição de que não se produzam novos analfabetos. Para tanto, tem-se que dar prioridade total, federal, à não-produção de analfabetos. Pegar, caçar (com c cedilha) todos os meninos de sete anos para matricular na escola primária, aos cuidados de professores capazes e devotados, a fim de não mais produzir analfabetos. Porém, se escolarizasse a criançada toda, e se o sistema continuasse matando os velhinhos analfabetos com que contamos [sic], aí pelo ano 2000 não teríamos mais um só analfabeto. Percebem agora onde está o nó da questão? (DARCY RIBEIRO, 1977, apud GADOTTI; ROMÃO, 2008, p. 42).

### 2.3 A EJA no Estado de Mato Grosso

No Estado de Mato Grosso a EJA foi criada no ano de 2000, e atualmente a rede pública estadual é a que mais oferece oportunidades de acesso a essa modalidade de educação.

Em 2006 foram matriculados 66.217 alunos no Estado. Desse total as redes municipais registraram 16.471 matrículas. No mesmo ano, a Secretaria de Estado de Educação e Cultura (SEDUC/MT), também registrou 91 mil inscrições para o exame de massa. No ano de 2007 o exame superou cem mil inscrições.

Segundo informações do Censo SEDUC/MT 2006, o trabalho é responsável por 52,13% da evasão escolar entre os jovens e adultos do ensino regular, seguido pelo desinteresse, com 14,35% e em sequência a distância até a escola representa 9,14% da evasão.

No estado de Mato Grosso é ofertada alfabetização de adulto pelo Governo Federal, pelo Programa Brasil Alfabetizado, e segundo a SEDUC/MT, no ano de 2006, esse programa foi responsável pela alfabetização de mais de nove mil pessoas.

Através da SEDUC/MT, o Estado mantém parceria com o Fórum Nacional de Educação de Adultos, possibilitando debates permanentes sobre assuntos diretamente ligados a EJA.

A partir do princípio básico de que todo produto humano pode ser modificado e transformado pela ação coletiva organizada, a EJA é uma modalidade de Educação Básica.

Garantida pela Constituição Federal de 1988, prevista na LDB, Lei Nº. 9394/96, e Lei Complementar Nº. 49/98-MT e regulamentada pelo Parecer Nº. 11/2000 do Conselho Nacional de Educação (CNE) e da Câmara de Educação Básica (CEB), o Conselho Estadual de Educação do Estado de Mato Grosso (CEE/MT), normatizou essa modalidade de ensino pela Resolução Nº. 180/2000.

Em conformidade com as disposições dessa Resolução, a SEDUC/MT instituiu uma comissão interinstitucional para elaborar um programa de EJA para o sistema estadual de ensino. Essa comissão contou com a participação efetiva da SEDUC/MT, secretarias municipais de vários municípios, União dos Dirigentes Municipais de Educação do Estado de Mato Grosso (UNDIME/MT), Sindicato dos



Trabalhadores no Ensino Público do Estado de Mato Grosso (SINTEP/MT) e Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Sob a orientação dessa comissão foram realizados seminários regionais, que culminaram com a apresentação de uma Carta para constituição do Fórum Estadual Permanente de Debates de Educação de Jovens e Adultos. Essa carta ficou conhecida como Carta da Cidadania, foi lançada em maio de 2001. Entre outros pontos, a carta ressaltou, principalmente, a necessidade do resgate histórico da EJA em Mato Grosso.

Graças à atuação ativa do Fórum, em 2003 o estado de Mato Grosso sediou o quinto Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos (ENEJA), e ficaram sob a responsabilidade do Fórum todos os encaminhamentos para execução do encontro.

O Fórum representa para o estado de Mato Grosso uma importante conquista dos educadores da área, pois estimula discussões, aproxima e coopera com diversas Instituições e organismos que oferecem e são beneficiários da EJA. Por conseguinte, vem conquistando muitos adeptos.

Com o objetivo de promover a inclusão social e a inserção no mercado de trabalho os jovens e adultos que não tiveram acesso à educação na idade própria, a EJA virá a proporcionar condições para que essa parte da população construa sua cidadania e possa ter acesso à qualificação profissional, e dessa forma aumentar as taxas de escolarização.

Define as Resoluções nº. 11/00 e nº. 01/00 – CNE (BRASIL, 2000) que a EJA tem as funções: reparadora, ou seja, o direito a ter uma escola de qualidade e reconhecimento da igualdade ontológica; equalizadora, está relacionada à igualdade de oportunidades a todos os indivíduos, no mercado do trabalho e na participação social; qualificadora, tem prioridade para a educação permanente baseada na incompletude do ser humano e no seu potencial de desenvolvimento.

No estado de Mato Grosso, a EJA já experimentou diferentes propostas de atendimento. O CEE/MT juntamente com a SEDUC/MT homologou resoluções que com base nas diretrizes nacionais, normatizaram a oferta e a execução dessa modalidade de ensino. O atual programa ofertado insere-se em um movimento amplo de renovação pedagógica que busca a construção de uma educação emancipatória, democrática, inclusiva e de qualidade, que direciona

esforços para a aprendizagem e atribui aos educandos, o papel de sujeitos ativos no processo de construção de conhecimentos.

O programa busca valorizar os conhecimentos da população, respeita a diversidade sócio-cultural, dado que a clientela que procura os cursos para jovens e adultos é formado por diversidades de características sócio-culturais e diferentes motivações para o retorno aos estudos.

A EJA é oferecida de acordo com o disposto na Resolução 180/2000 CEE/MT, e está organizada da seguinte forma:

O 1º Segmento é constituído pelas Fases I, II, III, cada fase deve cumprir anualmente a carga horária de 800 horas e 200 dias letivos.

O 2º Segmento é constituído pelas Fases I, II, III, cada fase deve cumprir anualmente a carga horária de 800 horas e 200 dias letivos.

Ao aluno dessa modalidade de ensino é facultado o cumprimento integral de todas as fases dos segmentos. De acordo com os critérios definidos pelos dispositivos legais, ele poderá ser reclassificado para a fase seguinte, desde que tenha capacidade a ser atestada por uma avaliação de conhecimentos, realizada o até o final do primeiro bimestre.

A oferta é regular e presencial, com exigência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) de frequência, exceto aos reclassificados. O cumprimento da carga horária é bastante flexível, deve-se adaptar às necessidades locais e específicas da clientela atendida.

#### **2.4 A EJA no Município de Cáceres - MT.**

O município de Cáceres, através da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC), seguindo as normativas e diretrizes da legislação estadual e federal para a EJA, no ano de 2000 dá início às atividades dessa modalidade de ensino.

No ano de 2002 a rede municipal de ensino contou com doze escolas com oferta de EJA, localizadas nas zonas urbana e rural. Todas essas escolas obtiveram a aprovação de funcionamento do CEE/MT.

A escola municipal Isabel Campos, onde a pesquisa realizou-se, foi criada pelo Decreto Municipal nº. 145 de 10 de dezembro de 1985 e autorizada pela Resolução nº. 315/92 do CEE/MT. Em função da sua localização geográfica estratégica a escola atende alunos provenientes das zonas urbana e rural do município.

Os processos de implantação e renovação da EJA, apresentados pela escola em questão, os quais deverão ser solicitados por quatro anos, enfatizam o atendimento da clientela com defasagem idade/série que, independentemente dos motivos, não tiveram acesso ao direito de frequentar a educação básica.

Dentre a fundamentação legal política e pedagógica destacamos:

- Constituição Federal de 1988
- A Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- O Parecer CEB nº. 11/2000
- O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)
- A Resolução nº. 150/99 do CEE/MT
- A Resolução nº. 180/00 do CEE/MT
- A Resolução nº. 384/04 do CEE/MT
- A Proposta de Programa da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso
- Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) do Ensino Fundamental
- A Proposta Curricular do 1º Segmento da Educação de Jovens e Adultos.

Em 2009, na rede municipal de Cáceres havia apenas duas escolas com oferta de EJA, uma na periferia da cidade e outra na zona rural. A oferta da EJA despencou consideravelmente.

Em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), a SMEC oferece um curso de EJA aos pescadores profissionais, amadores e à população ribeirinha do município. As atividades desenvolvidas acontecem de forma diferenciada, são adaptadas às necessidades específicas e disponibilidades de tempo dessa clientela. Essas atividades acontecem no período da piracema, período em que as atividades

pesqueiras do estado são proibidas, e os pescadores são obrigados a abandonarem os seus postos de trabalho.

Nos meses da piracema os pescadores profissionais recebem proventos do governo como garantia de sustento próprio e da família. Esses alunos trabalhadores dependem exclusivamente da pesca para a subsistência.

## **2.5 A Contribuição de Paulo Freire**

O modelo de EJA desenvolvido atualmente no Brasil, apresenta características marcantes dos ensinamentos e pensamentos do educador Paulo Freire. As suas ideias e práticas educativas sofreram influências das teorias econômicas e sociais de Marx. Suas ações ficaram conhecidas internacionalmente e foram importadas por países da América Latina e da África, que buscavam soluções alternativas no combate do analfabetismo da população jovem e adulta.

Oriundo da classe média do Recife, Paulo Freire vivenciou durante a sua infância, as dificuldades, a pobreza e a fome de muitas pessoas da periferia da sua cidade. A constante preocupação com os mais pobres e necessitados, o ajudou a construir um revolucionário método de alfabetização, voltado à escolarização e principalmente à formação da consciência dos jovens e adultos.

Formado em Direito, ele nunca exerceu a profissão. Dedicou-se aos estudos de filosofia da linguagem e tornou-se professor de língua portuguesa para o segundo grau. Os seus trabalhos na área da educação popular, o tornou um dos pensadores mais notáveis na história da pedagogia mundial. Paulo Freire tornou-se uma inspiração para gerações de professores na América Latina e na África.

Freire ocupou importantes cargos no governo estadual de Pernambuco e na Universidade do Recife. Os seus trabalhos começaram a ganhar destaque nacional e internacional a partir de 1963, quando no Rio Grande do Norte, pelo seu método de alfabetização, ensinou trezentos adultos a ler e escrever em apenas 45 dias.

O êxito desse trabalho levou o então presidente João Goulart a aprovar a multiplicação dessas experiências em todo o território nacional. Buscava a

formação de educadores em massa e a rápida disseminação dos círculos de cultura<sup>1</sup>.

O golpe militar de 1964 pôs fim aos trabalhos idealizados e realizados por Paulo Freire. O sistema de governo militar considerou-o como elemento nocivo à sociedade, devido ao fato de considerar suas ações como práticas subversivas de educação.

Foi preso e posteriormente exilado na Bolívia e mais tarde foi para o Chile, país em que realizou importantes trabalhos na área educacional a convite da Igreja Católica e da Organização das Nações Unidas (ONU). Seguiu exilado para outros países.

No exílio Freire prestou importante colaboração a países como Chile, Estados Unidos, em que foi professor visitante da Universidade de Harvard, foi consultor educacional do Conselho Mundial de Igrejas em Genebra na Suíça, e consultor educacional em Guiné-Bissau e Moçambique, na África.

A sua obra mais famosa, *Pedagogia do Oprimido*, foi publicada em várias línguas como a inglesa, o espanhol e o hebraico.

Graças ao processo de redemocratização do país proporcionado pela abertura política e o término do regime militar, o educador recebeu anistia em 1979, e retornou ao Brasil no ano seguinte.

De volta ao Brasil, após o exílio, filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT) e assumiu a Secretaria Municipal de Educação da Cidade de São Paulo, na gestão petista de Luiza Erundina.

Dentre as ações de sua passagem pela secretaria, está a criação do Movimento de Alfabetização (MOVA), que é considerado um modelo de programa público para a EJA, adotadas por muitas prefeituras, principalmente as petistas. Esse programa era direcionado às massas excluídas socialmente da população paulistana.

O pensamento e proposta de educação de Paulo Freire parte do conhecimento humano da sua realidade. Segundo ele, a educação é um ato político, solidário e de amor, e que acontece de forma coletiva, impossível de ser realizada individualmente.

---

<sup>1</sup> Método pedagógico criado por Paulo Freire, que substitui a idéia de turma de alunos ou de sala de aula. Teve grande aplicabilidade e ênfase na prática de alfabetização de adultos. Círculo, porque todos os inseridos no processo educativo formam a figura geométrica, e são acompanhados por uma equipe de trabalho que auxilia e incentiva a discussão de um tema da cultura, da sociedade.

A pedagogia utilizada por Freire é contrária à educação bancária, que aliena, discrimina e reproduz o sistema de governo opressor. O objetivo do seu método é a libertação dos oprimidos, ação possível graças à conscientização da situação vivida por eles na sociedade que os exclui. Freire (1999, p. 30), assim dizia:

(...) se admitíssemos que a desumanização é vocação histórica dos homens, nada mais teríamos que fazer, a não ser adotar uma atitude cínica ou de total desespero. A luta pela humanização, pelo trabalho livre, pela desalienação, pela afirmação dos homens como pessoas, “como seres para si”, não teria significação. Esta somente é possível porque a desumanização, mesmo que um fato concreto na história, não é, porém, destino dado, mas resultado de uma “ordem” injusta que gera a violência dos opressores e esta, o ser menos.

Seus pensamentos e trabalhos com os adultos iam de encontro às relações econômicas e dominadoras impostas e mantidas pelo sistema neoliberal de governo.

Toda a obra de Freire centrou-se nos indivíduos pertencentes à sociedade excluída, nos jovens e adultos trabalhadores, das zonas rural e urbana, nos índios e nos negros.

A partir do conhecimento da diversidade do meio social, e das experiências cotidianas dos alunos, o método busca conscientizar o educando, no sentido dele entender o porquê dessa realidade e das possibilidades de mudanças, e foi assim definido por Fiori (1999).

O método de Paulo Freire é, fundamentalmente, um método de cultura popular: conscientiza e politiza. Não absorve o político no pedagógico, mas também não põe inimidade entre educação e política. Distingue-as, sim, mas na unidade do mesmo movimento em que o homem se historiciza e busca reencontrar-se, isto é, busca ser livre. Não tem a ingenuidade de supor que a educação, só ela, decidirá dos rumos da história, mas tem, contudo, a coragem suficiente para afirmar que a educação verdadeira conscientiza as contradições do mundo humano, sejam estruturais, superestruturais ou interestruturais, contradições que impelem o homem a ir adiante. As contradições conscientizadas não lhe dão mais descanso, tornam insuportável a acomodação. Um método pedagógico de conscientização alcança as últimas fronteiras do humano. E como o homem sempre se excede, o método também o acompanha. É a educação como prática da liberdade. (FIORI, 1999, apud FREIRE, 1999, p. 21).

Paulo Freire pregava uma educação libertadora, que acrescentava amor ao processo educativo dos cidadãos oprimidos, e conseqüentemente provocaria também a libertação dos opressores, que a partir de então teriam nova postura e ação nas relações sociais.

Essa libertação consistia não na tomada do poder pela classe oprimida, ou seja, a troca de posição entre as classes sociais, mas na conscientização de ambas as partes sobre a necessidade da igualdade e fraternidade que deveria nortear as relações sociais entre as diferentes classes da sociedade.

Para Freire, não deveria existir luta entre classes, e sim a união delas na produção, distribuição, manutenção e ampliação dos bens e direitos que deveriam ser comuns a todos os cidadãos, sem nenhuma forma de distinção, discriminação ou preconceito.

## **2.6 A Evolução Conceitual da EJA**

O desenvolvimento humano é o motor da história da humanidade. O ser humano é um ser inacabado. O homem carrega consigo o conceito de que sempre é possível melhorar, ir mais longe, descobrir e redescobrir, reinventar a sua história. Ele é dotado da capacidade de raciocínio, fator inexistente nos demais animais. O pensamento, a criação, a produção, a mudança, e a adaptação, são dons exclusivos da raça humana, elementos que a difere das ações instintivas dos outros seres vivos.

Por conta dessa inquietude e ousadia de quebrar paradigmas, o desenvolvimento humano atingiu o atual estágio de civilização. As mudanças acontecem cada vez mais e de forma acelerada.

Da pré-história à sociedade da informação, o homem produziu mudanças em todas as áreas, na saúde, na tecnologia e na educação. O que possibilitou melhoria na qualidade de vida de muitas pessoas, mas que também provocaram destruição do meio ambiente e criaram desigualdades sociais, formando uma legião de párias em todo o mundo.

Dentro de uma mesma nação é possível visualizar o conflito de mundos, um desenvolvido que usufrui das benesses proporcionadas pelo desenvolvimento e outro mundo que sobrevive às margens desse desenvolvimento, os marginalizados socialmente.

Dentre os inúmeros desafios da humanidade para amenizar ou acabar com as diferenças sociais existentes, a educação pode ser considerada um dos principais desafios. Especificamente a erradicação do analfabetismo é uma das preocupações primordiais de muitos governantes.

Em razão da globalização, a criação de organismos internacionais e a constante interação entre os países, hoje existe uma vontade política muito forte de reduzir as estatísticas de analfabetismo.

O analfabetismo é um dos indicadores do cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), utilizado anualmente pela Organização das Nações Unidas (ONU), para classificar os países membros conforme essa medida.

Cada vez as nações se preocupam em pertencer ao seleto grupo das potências mundiais, e ter número elevado de analfabetos é um descrédito para a boa imagem do país perante o mundo, isso dificulta a ascensão global política e econômica.

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a alfabetização é a habilidade para identificar, entender, interpretar, criar, calcular e se comunicar mediante o uso de materiais escritos vinculados a diferentes contextos. Dessa forma, o essencial é compreender que ela não é mais entendida apenas como o domínio básico da leitura, da escrita e das operações matemáticas. Para uma pessoa realmente possuir essas habilidades, ela tem de concluir pelo menos o Ensino Fundamental.

Quando se fala em EJA, o pensamento imperante é de que a alfabetização é entendida como ler, escrever e contar. No Brasil, a EJA tem sido associada à escolaridade compensatória, às pessoas que quando crianças não tiveram a oportunidade de frequentar a escola. Para a UNESCO isso é um erro. Essa organização trabalha com o conceito e o desafio de educar em e para um mundo de rápidas transformações. A sociedade globalizada e mutante exige aprendizagem constante.

A UNESCO orienta-se pelos princípios de que todos precisam aprender a ser, a viver juntos, a fazer e a conhecer. Isto nos desafios da participação, da inclusão e da equidade, frente a demandas de aprendizagem entre diversidades de grupos.

A UNESCO é um importante organismo internacional de apoio à educação, trabalha com a participação efetiva de seus países membros. As



Confinteas são a marca de suas ações no mundo, quando o assunto é EJA. Na realização desses eventos são definidas as diretrizes que nortearão as ações governamentais dos associados, pelos doze anos seguintes, até a realização da próxima Confintea, quando serão avaliadas as ações, os avanços, e a realidade de cada nação participante.

Esse evento iniciou-se em 1949, na Dinamarca e a última realizou-se no Brasil em Belém do Pará em 2009. Foi a sexta edição dessa conferência.

Os temas, os conceitos e as diretrizes que as Confinteas definiram em cada realização, sofreram alterações. Diferentes temas foram definidos como prioritários.

As mudanças de conceitos e visões sobre que caminho tomar no direcionamento da EJA, está intimamente relacionado ao atual momento político e aos acontecimentos globais, ou seja, percebe-se que as mudanças estão relacionadas diretamente ao contexto mundial.

Na Confintea I, o contexto mundial vivenciava a incerteza do pós-guerra. Discutiu-se como tema principal, o entendimento internacional e as cooperações necessárias para o desenvolvimento da educação de adultos.

Na Confintea II, o mundo vivia um rápido crescimento econômico, e o tema central discutido foi o papel do estado e o sistema educacional como forma de remediar as dificuldades encontradas na educação de adultos.

Na Confintea III, a população mundial vivenciava um acelerado desenvolvimento econômico e também a independência de muitos países, principalmente os africanos. O tema diretivo desse evento priorizou a educação de adultos, a alfabetização, mídia, cultura e aprendizagem ao longo da vida. O aprender a ser. As discussões e encaminhamentos do encontro foram influenciados pelas práticas educativas propostas e viabilizadas por Paulo Freire.

Na Confintea IV, em Paris, o mundo enfrentava crise econômica, e a palavra de ordem era a contenção de gastos públicos. Em face desse contexto, os eixos norteadores foram: a aprendizagem ao longo da vida, declaração sobre o direito de aprender, o papel do estado e das Ong's, o direito do adulto aprender, e as novas tecnologias da informação.

Na realização da Confintea V, o mundo vivenciava a euforia e as discussões permitidas graças às Conferências Internacionais realizadas na década de 90. Assim a educação de adultos ampliou o leque de temas diretivos,

aprendizagem de adultos como direito, ferramenta, prazer e responsabilidade compartilhada, participação ativa em todas as dimensões do desenvolvimento sustentável com equidade. O papel da alfabetização foi visto como o elemento que promoveria a equidade e o reconhecimento das diferenças sociais.

A partir da realização dessa Conferência a EJA passou a ser entendida como:

Todo processo de aprendizagem formal ou informal, em que pessoas consideradas adultas pela sociedade, desenvolvem suas capacidades, enriquecem seu conhecimento e aperfeiçoam suas qualificações técnicas e profissionais, ou as redirecionam, para atender suas necessidades e as de sua sociedade. (UNESCO, 1997).

Da Confinteia VI resultou a elaboração de uma carta contendo a avaliação das ações definidas na Confinteia V, as metas, as diretrizes e orientações para os anos vindouros. Esse documento ficou conhecido como Marco de Ação de Belém/PA. No evento foi discutido entre os países membros, o estado da arte em educação de jovens e adultos, no mundo. O documento evidencia a busca de uma Educação de Jovens e Adultos mais inclusiva e equitativa, e a superação do desafio de passar da retórica à ação.

Segundo o documento a aprendizagem ao longo da vida constitui:

Uma filosofia, um marco conceitual e um princípio organizador de todas as formas de educação, baseada em valores inclusivos, emancipatórios, humanistas e democráticos, sendo abrangente e parte integrante da visão de uma sociedade do conhecimento. (UNESCO, 2009).

Outro ponto forte de discussão nessa conferência foi a preocupação com o analfabetismo entre as mulheres, que segundo dados da UNESCO, dos 774 milhões de adultos analfabetos pelo mundo, dois terços são mulheres.

O evento ocorrido na cidade de Belém/PA representou principalmente a preocupação dos participantes com o fato de que, muitas das proposições e acordos das Confinteas não se transformam em ações concretas, ficam apenas nos discursos.

Pelas análises dos participantes, desde a realização da primeira Confinteia, a EJA apresentou avanços inegáveis, mas, as ações que proporcionaram esses avanços ainda são insuficientes para atingir todas as metas propostas. Acreditam que deve haver uma sinergia para enfrentar o problema.

Dentre as recomendações do Marco de Belém, destaca-se a execução de políticas públicas de EJA mais abrangentes e inclusivas, a necessidade da consciência e do empenho dos governantes frente ao problema, o cumprimento de investimentos de no mínimo 6% (seis por cento) do Produto Interno Bruto (PIB) em educação, e a busca de parcerias com a sociedade civil e setor privado.

De acordo com as decisões da Confintea VI, o cumprimento de suas recomendações referente à EJA, permitirá aos indivíduos que possam enfrentar diferentes crises sociais, econômicas, políticas e climáticas, ou seja, a aprendizagem e a educação possibilitam a construção de um futuro viável e sustentável para todos.

Para Pinto (2003, p. 29), a educação assim se define:

Em significado restrito, o da pedagogia clássica, convencional, sistematizada, refere-se a educação às fases infantil e juvenil da vida do ser humano. Não se deve, no entanto, reduzi-la a esses limites. Seria um erro lógico, filosófico e sociológico. Em sentido amplo (e autêntico) a educação diz respeito à existência humana em toda a sua duração e em todos os seus aspectos. Desta maneira deve-se justificar lógica e sociologicamente o problema da educação de adultos. Daqui deriva a verdadeira definição de educação. A educação é o processo pelo qual a sociedade forma seus membros à sua imagem e em função de seus interesses.

O percurso histórico da educação demonstra uma constante metamorfose, que se adapta e muda o foco de acordo com as necessidades e tendências de cada época e dos acontecimentos planetários, pelos quais determinam os rumos da economia e das preocupações globais. Frente a esse processo a UNESCO representa o ponto norteador dos caminhos educacionais no mundo.

No Brasil é possível encontrar segmentos sociais de características peculiares, como os povos indígenas, as comunidades quilombolas, os jovens e adultos. Todos têm o mesmo direito à educação, embora alguns ainda não o tenham concretamente, apenas no discurso.

Sobre esse fato Buarque (1991, p. 53) diz que:

Diferentemente dos povos cujas influências históricas dão prioridade à educação, como no Oriente confuciano, e nas nações ocidentais que combinaram a economia com propósitos sociais, como no Leste europeu, em Cuba, Costa Rica e países da Europa ocidental, no Brasil a educação foi vista, desde o período colonial, como um luxo, ou um instrumento ao desenvolvimento econômico, e não uma finalidade do processo civilizatório. Por esse motivo, a educação não será prioridade no Brasil, enquanto o país

não for educado para incluir a educação entre as prioridades do seu processo de modernização.

É fato que a educação, de modo geral, vem, ao longo dos anos, recebendo mais atenção dos governantes. Em consequência disso, a EJA constantemente é alvo de discussões e investimentos, ainda que bastante tímidos. O desenvolvimento sustentável, a globalização e a preocupação com social em muito tem contribuído para a promoção da EJA por parte dos governos municipais, estaduais e federal.

Com a fundamentação teórica estabelecida pode-se efetuar as bases e o encaminhamento da pesquisa como descreve o capítulo que segue.

### 3 ENCAMINHAMENTO DA PESQUISA

#### 3.1 Objetivos

A pesquisa realizada centrou-se nos fatos educacionais da EJA desenvolvidos na Escola Municipal Isabel Campos e na rede municipal de ensino de Cáceres, cidade do interior do Estado de Mato Grosso. Realizaram-se análises de documentos e entrevistas com o objetivo de diagnosticar os principais indicadores responsáveis pela evasão na EJA por ex-alunos da escola observada.

Ao longo do processo histórico de existência da EJA, inúmeras dificuldades foram vivenciadas, até se tornar um direito constitucional do cidadão. Por muito tempo esse modelo de educação foi realizada em forma de campanhas de alfabetização de massa, ou seja, tinha apenas o objetivo de erradicar ou amenizar o analfabetismo de adultos da nação brasileira.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2008 realizada pelo IBGE, “o número absoluto de analfabetos adultos no Brasil é de 14.247 milhões”. A situação atual do analfabetismo é idêntica a 1960, em torno de 15 milhões de analfabetos adultos.

Em face dessa problemática, o presente trabalho pesquisou a história da EJA no município de Cáceres-MT, entre os anos de 2000 a 2009. Esse período marcou o início, o ápice e o declínio dessa modalidade de ensino, nos estabelecimentos municipais de educação.

Esta pesquisa investigou questões relacionadas com os seguintes objetivos:

- **Objetivo geral:**

Estudar a história da EJA no município de Cáceres-MT, e identificar as causas determinantes do elevado índice de evasão.

- **Objetivos específicos:**

1. Conhecer o contexto histórico da EJA no município.
2. Descobrir as expectativas dos jovens e adultos ao ingressarem nessa modalidade de ensino.
3. Compreender e diagnosticar as causas determinantes da evasão escolar pelos jovens e adultos, pertencentes às séries iniciais (1º segmento) da EJA, na rede municipal de ensino.

A abordagem utilizada no presente estudo foi de caráter qualitativo, refletido no trabalho de Minayo, (2007, p. 10).

O campo científico, apesar de sua normalidade, é permeado por conflitos e contradições. E para nomear apenas uma das controvérsias que aqui nos interessa, citamos o grande embate sobre cientificidade das ciências sociais, em comparação com as ciências da natureza. Há aqueles que buscam a uniformidade dos procedimentos para compreender o natural e o social como condição para atribuir o estatuto de “ciência” ao campo social. Há os que reivindicam a total diferença e especificidade do campo humano.

A lógica pela qual a pesquisa científica se cristaliza nas ciências sociais, está pautada nas reflexões e análises que buscam respostas significativas a fatos e problemas reais, que se tratados pelas leis da quantificação, provavelmente excluiriam elementos fundamentais de compreensão e conhecimento de determinados e importantes fatos sociais. A historicidade dos sujeitos e a sua condição eminentemente social tem sido o eixo norteador das pesquisas qualitativas.

Há certas divergências entre pesquisadores das áreas quantitativa e qualitativa, a nossa opção pela abordagem de cunho qualitativo está no entendimento de ser a mais adequada para explicar os fenômenos sociais. As críticas as quais essa abordagem está sujeita pode-se ser entendida nos dizeres de Santos Filho, (2007, p. 53).

A relativa imaturidade teórica e metodológica das ciências humanas e da educação, em confronto com a plena maturidade das ciências físicas e biológicas, explica o estado de certa desorientação e de crise em que aquelas se encontram, refletindo o estágio “adolescente” de seu desenvolvimento. Como na vida de qualquer adolescente, várias possibilidades futuras estão abertas e ainda parece cedo e prematuro fechar caminhos de maturação. Diversas questões ainda requerem respostas mais convincentes e muitas alternativas precisam demonstrar

sua validade teórica na prática. Por meio da testagem e validação de suas teorias e metodologias, as ciências humanas e da educação avançarão em seu processo de desenvolvimento para a plena maturidade teórico-metodológica.

O município de Cáceres-MT está situado a duzentos e dez quilômetros da capital do Estado – Cuiabá. Possui uma média de 86 mil habitantes. Faz fronteira com a Bolívia. Tem como principal atividade econômica a agropecuária e o turismo, com destaque para a pesca esportiva.

Foram coletados dados na Secretaria Municipal de Educação, na Escola Municipal Isabel Campos e no Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica do Estado de Mato Grosso (CEFAPRO).

A escolha dessa escola aconteceu devido à sua localização estratégica, situada na periferia do município com fácil acesso à zona rural. Ela recebe alunos provenientes das zonas rural e urbana. Isso permitiu uma visão geral dos acontecimentos e das perspectivas dos alunos de ambos os segmentos da sociedade cacerense.

Os sujeitos que participaram dessa entrevista foram alunos regularmente matriculados na Escola Municipal Isabel Campos, entre os anos 2000 a 2009, período proposto por este trabalho. Esses sujeitos foram escolhidos aleatoriamente, com prioridade para os alunos com maior facilidade de localização.

### **3.2 A Coleta de Dados**

Os procedimentos de coleta de dados desta pesquisa focaram em duas frentes de trabalho, conforme o seguinte:

1. Coleta de documentos: realizaram-se visitas na Secretaria Municipal de Educação, na Escola Municipal Isabel Campos e no CEFAPRO. Nesses locais foram requisitados e manuseados documentos oficiais de registro da vida escolar dos alunos. Os documentos referidos são diários do professor, livros atas, projetos escolares, anuários estatísticos, formulários de matrículas, de transferências, dados estatísticos e demais documentos que possuem informações sobre a EJA.

2. Entrevistas: foram realizadas vinte entrevistas semi-estruturadas com alunos evadidos da Escola Municipal Isabel Campos. As entrevistas foram gravadas e transcritas.

Realizadas as entrevistas, elencou-se os elementos determinantes da evasão escolar na EJA. O conteúdo das entrevistas consistiu de perguntas diretas, que buscou obter informações claras e precisas sobre os motivos do abandono das salas de aulas.

Os procedimentos de análise de conteúdo, que este trabalho de investigação executou, estão fundamentados na análise de conteúdo, conforme indicação de Maria Laura Franco (2008).

Os dados coletados, via documentos escritos, foram organizados em dois quadros. O primeiro permite uma visão geral da EJA no município, com dados de todas as escolas da rede municipal.

O segundo quadro mostra dados estatísticos referentes à escola municipal Isabel Campos. Esses dados referem-se ao número de matrículas, evasão, concluintes e transferências de alunos para outros estabelecimentos de ensino.

Após a apresentação de cada quadro, foi feita análise e comentários sobre eles, com o aproveitamento da fundamentação teórica indicada e a fundamentação da análise de conteúdo.

Das questões das entrevistas, foram selecionadas quatro, e elaborados quadros, que permitiram a visualização geral das respostas às questões propostas.

Em consonância com os dados obtidos, foi possível constituir indicadores e criar categorias de classificação para análise que apresenta de forma simplificada e com visão de conjunto.

O capítulo a seguir, traz o texto que descreve e analisa os dados, de forma coerente com o problema proposto no início da pesquisa.



## 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

### 4.1 Análise Documental

As escolas municipais interessadas em ofertar a EJA elaboravam um processo de implantação desse ensino juntamente com o Conselho Deliberativo Escolar, submetido à apreciação da secretaria municipal de educação e do CEE/MT.

Nesse projeto a escola detalhava as especificidades de funcionamento do ensino, como carga horária, conteúdos, perfil de saída, avaliação, clientela, justificativa de oferecimento e objetivos.

Esses objetivos primavam em oferecer condições de desenvolvimento e aprendizagem para o bom convívio social e a preparação para o trabalho, com ênfase nas funções reparadora, equalizadora e qualificadora da EJA.

É importante ressaltar que os professores que atuavam nessa modalidade de ensino não possuíam formação específica, quando muito, participavam de cursos de formação continuada, orientação e qualificação, oferecidos pelo município e pelo estado. O desempenho das atividades desses profissionais, em muito diferem das atividades que estavam acostumados a lidar, ou seja, com a educação infantil, para a qual foram preparados.

Preocupada com esse problema, a equipe pedagógica da SMEC realizou cursos de formação continuada e capacitação em serviço, com o objetivo de amenizar as dificuldades de ensino aprendizagem, vivenciadas pelos professores no cotidiano de suas atividades.

O aluno que não possui documentação legal atestando sua escolaridade poderá ser submetido a uma prova de conhecimento, e se confirmada a sua capacidade escolar, poderá ingressar nas fases posteriores do primeiro e do segundo segmento da EJA.

Até o final do primeiro bimestre letivo, o aluno que apresentar boas habilidades e competências nas atividades, poderá ser classificado para uma fase posterior sem o cumprimento da carga horária anual.

A realização da avaliação de reclassificação do aluno procederá de forma investigativa, diagnóstica, continua e descritiva, posteriormente registrada em

fichas individuais do aluno, livro ata e pelo Conselho Escolar. Este é um meio de atestar que todos os segmentos escolares ficaram cientes dessa competência, e concorda com a promoção do aluno de forma prévia.

A escola municipal Isabel Campos foi criada pelo Decreto nº. 145 de 10 de dezembro de 1985, e autorizada pela Resolução nº. 315/92. Foi reconhecida pela Portaria nº. 3277/92 da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (SEE/MT), e pela Portaria nº. 429/97 do Conselho Estadual de Educação do Estado de Mato Grosso (CEE/MT).

O funcionamento da EJA deu-se pela Resolução nº. 245/2002 – CEE/MT, publicada no Diário Oficial do Estado em 05/11/2002.

O ato administrativo autorizou a oferta do ensino fundamental de primeiro e segundo segmentos para a educação de Jovens e Adultos, para doze escolas localizadas nas zonas rural e urbana do município. A homologação do ato foi decorrente de processos detalhados, que cada escola interessada na oferta da EJA, montou e encaminhou às instâncias competentes para apreciação e aprovação.

O projeto de criação da EJA foi elaborado de acordo com as condições modestas de infra-estrutura da escola. Tinha como objetivo criar condições que garantissem o desenvolvimento de capacidades e aprendizagem de conteúdos necessários à vida em sociedade, oferecer instrumentos de compreensão da realidade e favorecer a participação dos alunos em atividades diversificadas cada vez mais amplas.

Na época a escola contou com um quadro de professores efetivos todos com nível superior, mas sem a qualificação profissional específica para desenvolver atividades com a EJA.

O projeto de implantação da EJA cobrou do professor proposta clara de planejamento de atividades de ensino, para a aprendizagem de maneira adequada e coerente com os objetivos sobre, o que, quando e como ensinar e avaliar as atividades desenvolvidas com alunos que tem defasagem idade série.

A aprovação desse projeto pelos órgãos competentes do Estado tem a validade de três anos. Caso a escola pretenda continuar a desenvolver essas atividades, após esse período, um novo processo deve ser tramitado para nova aprovação e funcionamento.

Nessa escola recolhemos dados encontrados nos documentos oficiais. Desses documentos alguns foram copiados devido à necessidade de manuseio constante e outros de serem anexados a este trabalho.

Na SMEC, o trabalho de coletas de dados foi semelhante à escola. Ela elabora anualmente um relatório estatístico, contendo todas as informações referentes aos dados educacionais das unidades escolares. O manuseio desse documento em muito facilitou o nosso trabalho de coleta de dados, pois eles já se encontravam sistematizados e reunidos em um único documento.

O município através da SMEC, não possui nenhuma lei específica que regulamente essa modalidade de ensino. Todas as decisões e diretrizes estabelecidas para as escolas municipais, baseiam-se na legislação estadual e federal. Essas decisões também recebem a permissão/autorização do Conselho Municipal de Educação (CME), que por sua vez segue as diretrizes do CEE/MT.

No CEFAPRO, foi coletado material principalmente referente a leis, resoluções e decretos que norteiam o funcionamento da EJA, desenvolvida nos estabelecimentos estaduais de educação.

Os dados coletados na Escola Municipal Isabel Campos, foram sistematizados no quadro abaixo. Essa forma de apresentá-los nos permitiu ter uma visão global da EJA nessa escola, durante os anos de funcionamento.

Quadro 2: Dados estatísticos da E.M. Isabel Campos – período: 2000 a 2009.

Ano		2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Total
Matrículas		68	105	50	24	45	30	32	33	30	23	440
Concluintes		32	48	14	12	05	--	19	15	08	--	153
Promovidos		26	36	11	09	05	--	18	12	08	--	125
Retidos		06	12	03	03	--	--	01	03	--	--	28
Evadidos		35	44	32	12	31	19	13	18	22	02	228
Transferidos		01	13	04	--	09	11	--	--	--	21	59
Sexo	masculino	28	49	22	07	12	12	12	13	18	09	182
	feminino	40	56	28	17	33	18	20	20	12	14	258
Data da evasão	1º bimestre	14	14	08	09	--	--	--	--	--	--	45
	2º bimestre	21	28	20	03	11	12	11	09	14	02	131
	3º bimestre	--	02	04	--	09	07	--	04	08	--	34
	4º bimestre	--	--	--	--	11	--	02	05	--	--	18

Fonte: Escola Municipal "Isabel Campos" dados trabalhados pelo pesquisador.

De acordo com as informações obtidas nessa escola, percebeu-se que os anos iniciais de existência da EJA, foi o período em que a demanda foi maior. Em 2001, ano seguinte à implantação da EJA, foi o ápice dessa procura.

Esse fato deve-se em grande parte pelo trabalho de divulgação feito pela escola, junto aos seus alunos do período diurno e aos pais. Também foram realizadas visitas aos bairros em torno da escola, com o intuito de localizar e informar às pessoas adultas sobre a EJA e ao mesmo tempo convidá-las a participar desses estudos.

Na mídia local foi realizado amplo trabalho de divulgação e informação sobre a oferta dessa modalidade de ensino.

De 2003 a 2009 a procura pelas matrículas, praticamente, manteve-se estável. A escola em média registrou em torno de 44 matrículas anuais no 1º segmento da EJA, que é formado pelas Fases I, II e III.

Dentre os matriculados, a clientela feminina foi bastante expressiva e representou 58,6% das matrículas, enquanto as matrículas masculinas registraram 41,4%.

A presença feminina nessa modalidade de ensino caracteriza o fato da mulher atualmente participar ativamente da questão financeira da família, mesmo nos pequenos municípios, que ainda apresentam fortes traços tradicionais de estruturação da família. Tradição que via a mulher apenas como responsável por cuidar da família e dos afazeres domésticos.

Nesse período 153 alunos conseguiram concluir o ano letivo, ou seja, 34,8%. Dos alunos concluintes, 125 alunos apresentaram rendimento satisfatório nas atividades e foram promovidos, e 28 alunos tiveram rendimento insatisfatório e foram retidos. A média anual da escola é de 15,3 alunos concluintes, 12,5 promovidos e 2,8 retidos.

O número de transferências nesse período foi de 59, o que representou 13,4% das matrículas realizadas.

Foram 228 alunos evadidos, ou seja, 51,8% dos alunos que freqüentaram a EJA nesse período. Os primeiros bimestres letivos registraram o maior número de desistências, destacou-se o segundo bimestre, período em que o abandono foi maior.

As escolas do município utilizam o sistema multisseriado. Isso significa que em uma mesma sala um único professor trabalha ao mesmo tempo com alunos de três diferentes níveis de conhecimento, as fases I, II e III.

A SMEC justifica essa forma de trabalho, devido ao baixo número de alunos matriculados, e o município não possuir recursos financeiros suficientes para

pagamento de professores para trabalhar separadamente em cada fase. Gadotti (2009, p. 15) afirma que:

Muitas políticas públicas encaram o combate ao analfabetismo como um custo e não como um investimento, não se levando em conta que o analfabetismo tem um impacto não só individual, mas também social. Ele impacta a vida das pessoas, na saúde (mais enfermidades), no trabalho (piores empregos), na educação, e impacta também a sociedade, a participação cidadã, a perda da produtividade e de desenvolvimento social.

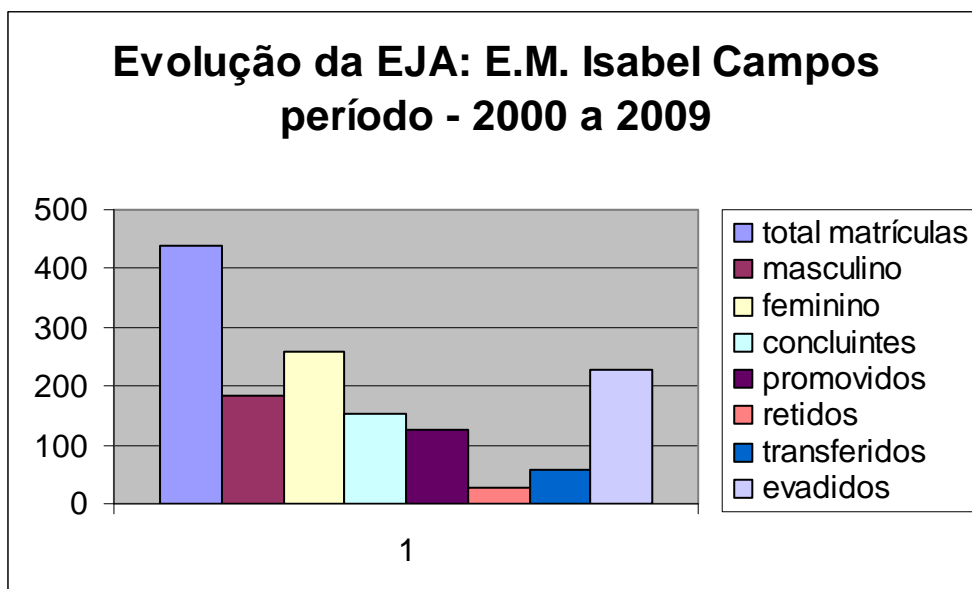
Os números de evadidos apresentados são preocupantes e relatam uma triste realidade do município. Independentemente dos motivos da evasão, isso nos levou a concordar com Gadotti (2009, p. 14).

A educação, independentemente da idade, é um direito social e humano. Muitos jovens e adultos de hoje viram esse direito negado na “idade própria” e negar uma nova oportunidade a eles é negar-lhes, pela segunda vez, o direito à educação. O analfabetismo de jovens e adultos é uma deformação social inaceitável, produzida pela desigualdade econômica, social e cultural.

Frente a essa realidade acredita-se que, apesar da educação brasileira ter apresentado avanços no decorrer dos anos, ainda é preciso o implemento de uma política mais séria e concreta de combate ao analfabetismo e integração do indivíduo na sociedade.

Na figura abaixo se sintetizou as informações acima, como forma de visualizar de forma rápida e ilustrativa os números coletados referente à EJA nessa escola.

Figura 1: Dados estatísticos da E.M. Isabel Campos – período: 2000 a 2009.



Fonte: Escola Municipal “Isabel Campos”. Dados obtidos pelo pesquisador.

Os dados obtidos no período pesquisado mostram uma realidade que merece reflexão de todos os setores sociais, e ações sistêmicas, concretas e imediatas para combater, sanar ou amenizar esse grave problema social, o analfabetismo, ou a pouca escolarização, aqui se tratando do primeiro segmento do ensino fundamental para pessoas jovens e adultas.

O índice de evasão é muito alto, mais da metade dos matriculados abandonam a EJA, ao longo do período letivo. Muitos desses alunos, não conseguiram conciliar seus afazeres com as atividades escolares. Acabam optando, com muita frequência, por atividades que lhes traga algum retorno financeiro, muitos são arrimo de família. Outra questão é o imediatismo, a busca pela satisfação imediata de algum problema.

Os estudantes da EJA são conscientes de que as melhores oportunidades de trabalho, e a melhoria das condições de vida, em grande parte dependem da qualificação e aumento de seus conhecimentos.

Em um país em que o número de analfabetos adultos que atinge o número expressivo de aproximadamente 15 milhões, alguns resultados da nossa pesquisa muito nos preocupam porque há um desencontro entre o discurso da inclusão e a realidade dos fatos na questão evasão escolar na EJA. Dessa forma, o fechamento da EJA nessa escola e o alto índice de evasão apresentado pelos

documentos analisados, nos levou a refletir com Soares, Giovanetti e Gomes, (2005, p. 19).

Talvez a característica marcante do movimento vivido na EJA seja a diversidade de tentativas de configurar sua especificidade. Um campo aberto a qualquer cultivo e semeadura será sempre indefinido e exposto a intervenções passageiras. Pode-se tornar um campo desprofissionalizado. De amadores. De campanhas e de apelos à boa vontade e à improvisação. Um olhar precipitado nos dirá que talvez tenha sido uma das marcas da história da EJA: indefinição, voluntarismo, campanhas emergenciais, soluções conjunturais.

Inúmeras campanhas de alfabetização foram realizadas no Brasil, algumas obtiveram relativo sucesso, mas infelizmente a descontinuidade dessas ações foi acentuada, devido aos interesses divergentes na alternância de governos.

As diferentes esferas do governo brasileiro, via de regra, não valorizam as iniciativas da sociedade civil nesse campo, essa participação tem sido pouco incentivada, na contramão das recomendações das Confiteas realizadas pela UNESCO.

O fechamento da EJA na Escola Municipal Isabel Campos baseou-se praticamente em atos administrativos, as decisões foram tomadas, executadas e informadas aos alunos. A participação dos alunos nessa importante decisão, resumiu-se em obedecer às determinações e não discuti-las ou buscar soluções alternativas.

Das doze escolas que em 2000 iniciaram trabalhos da EJA, no ano de 2009 apenas duas ainda davam continuidade às atividades de ensino dessa modalidade.

O quadro abaixo mostra a realidade do município, referente ao número de alunos que passaram pela EJA nas escolas municipais.

Quadro 3: Dados estatísticos do município de Cáceres-MT período: 2000 a 2009.

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Total
Matrículas	989	663	255	202	220	237	206	159	208	104	3.243
Mat. zona urb.	650	592	232	202	220	162	129	95	117	39	2.438
Mat zona rural	339	71	23	--	--	75	77	64	91	65	805
Concluintes	660	411	93	123	105	123	151	101	84	66	1.917
Promovidos	487	294	81	85	92	115	125	96	73	46	1.494
Retidos	173	117	12	38	13	08	26	05	11	20	423
Evadidos	329	252	162	79	115	114	55	58	124	38	1.326

Fonte: Secretaria Municipal de Educação. Dados obtidos pelo pesquisador.

A efetivação de matrículas da EJA, na rede municipal de ensino, confirma a tendência dos dados da Escola Municipal Isabel Campos, apresentados acima. A maior procura pelas salas de aula dessa modalidade de ensino aconteceu nos anos iniciais de sua implantação, precisamente os anos de 2000 e 2001. A partir de então a demanda apresentou queda e a partir do segundo semestre do ano de 2009, culminou com o encerramento das atividades da EJA na maioria das escolas municipais, permanecendo em funcionamento apenas duas escolas, uma na zona urbana e outra na zona rural do município.

O município tem em seu entorno muitas propriedades e comunidades rurais, algumas muito próximas do centro urbano, outras mais distantes, mas que contavam com escolas no local que ofereciam a EJA. Mesmo assim a grande procura pelas salas de aula se concentrou na área urbana do município, 65,72% (sessenta e cinco vírgula setenta e dois por cento), e a zona rural com 34,28% (trinta e quatro vírgula vinte e oito por cento) das matrículas.

Essa diferença na procura pelas salas de aula e a busca de mais e melhores qualificações profissionais, entre as zonas urbana e rural, em parte pode ser entendida devido às formas e atividades de trabalho desenvolvidas nesses diferentes locais.

A zona urbana do município tem uma economia baseada principalmente no comércio, nas atividades turísticas e setores de prestação de serviços. Essas atividades representam a grande maioria dos postos de trabalhos que o município oferece. São atividades que exigem melhor qualificação e conhecimento geral por parte dos trabalhadores, ou seja, elas impulsionam a demanda pela procura de qualificação profissional, sob pena de esses trabalhadores serem excluídos ou ficarem em desvantagem competitiva pelos postos de trabalho, os quais apresentam número reduzido.

Na zona rural, as atividades concentram-se na criação e manejo de rebanhos bovinos para leite e corte, e em pequenas produções de variados produtos agrícolas, ou seja, atividades que requerem pouca ou nenhuma qualificação profissional. A maioria dos conhecimentos para a execução dessas atividades que são adquiridas pelos trabalhadores, é fruto da prática cotidiana, de realização e observação dessas atividades. Geralmente esse aprendizado é passado de pais para filhos.

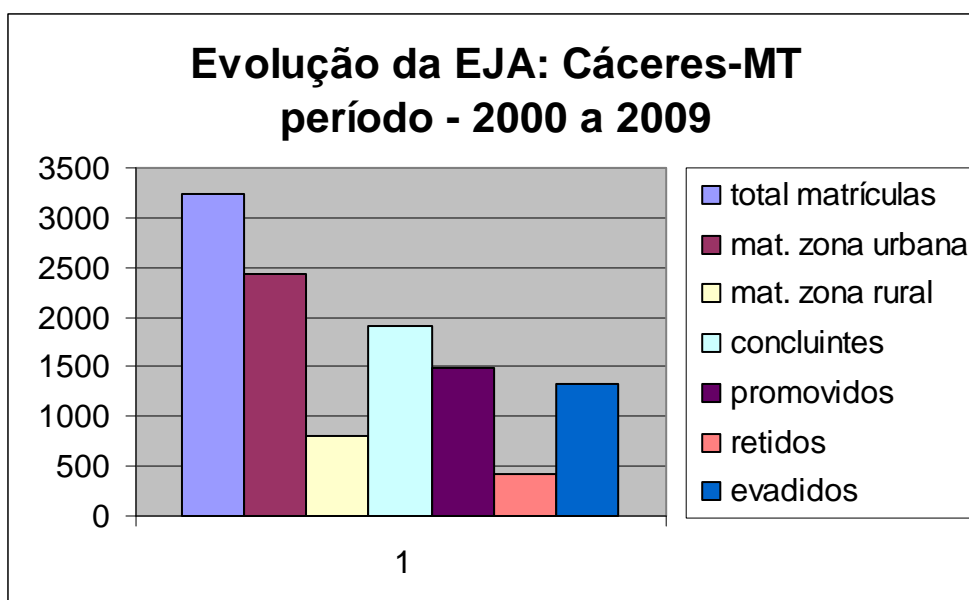


Ao longo do período pesquisado, 1.917 alunos conseguiram concluir as atividades do ano letivo. Desses, 1.494 alunos obtiveram rendimento satisfatório nas atividades educacionais e foram aprovados e promovidos à série posterior. Isso representa 78% (setenta e oito por cento) do total dos concluintes.

423 alunos não conseguiram obter resultados satisfatórios nas atividades educacionais e foram retidos. Isso representa 22% (vinte e dois por cento) dos concluintes.

Do universo de 3.243 matrículas efetivadas, 1.326 alunos evadiram-se ao longo do período, isso representa 41% (quarenta e um por cento) dos estudantes.

Figura 2: Dados estatísticos do município de Cáceres-MT período: 2000 a 2009.



Fonte: Secretaria Municipal de Educação. Dados obtidos pelo pesquisador.

O histórico do primeiro segmento da EJA nos estabelecimentos municipais de educação do município, reflete também fatos educacionais presentes no Estado de Mato Grosso e no Brasil.

As recomendações da UNESCO, elaboradas pelas Confintecas referentes à Educação de Jovens e Adultos nem sempre são levadas a sério e postas rigorosamente em prática pelas autoridades competentes.

As ações governamentais que contemplam a EJA são tímidas e necessitam de políticas públicas sérias e contínuas de execução e apoio a essa modalidade de educação, que faz a diferença na vida de muitos brasileiros.

## 4.2 Análise das Entrevistas

O número de alunos selecionados para realizar a entrevista desta pesquisa foi determinado em vinte alunos. Houve dificuldades para localizá-los e executar a entrevista. Os sujeitos desta pesquisa foram alunos regularmente matriculados na escola escolhida e considerados evadidos.

A entrevista foi gravada e transcrita, e constou de perguntas diretas de caráter investigativo principalmente sobre as expectativas de ingresso na EJA, e sobre as causas que os levaram a abandonar as atividades de estudo.

A participação na entrevista foi de livre e espontânea vontade. Ninguém recebeu nenhuma espécie de bônus para fazê-lo. Os participantes assinaram e receberam um termo que descreve detalhadamente as finalidades da pesquisa e a utilização dos dados fornecidos. Esse termo está devidamente assinado pelo pesquisador e pela orientadora, com endereço e telefone para possíveis contatos, caso seja necessário.

Em conformidade com as respostas dadas pelos sujeitos, foram identificadas possíveis causas da evasão que serão analisadas. Foram criados quadros que nos permitem sintetizar essas indagações.

Quadro 4: Respostas dos alunos à questão: Quais os motivos que o (a) levaram a matricular-se na EJA?

Alunos	Respostas
1	Eu queria tentar aprender mais, até arrumar um outro serviço melhor.
2	Ter mais conhecimento.
3	Vontade de aprender, mas já vi que não consigo.
4	Porque eu queria aprender, queria aprender ler, queria aprender escrever.
5	Por exigência do local de trabalho, exigiam a escolaridade para continuar no trabalho.
6	Eu tinha pouca escolaridade e queria aprender mais, ter mais conhecimento.
7	Por causa das exigências no trabalho, para ter melhor desempenho, saber o que estava fazendo.
8	Precisava conseguir um trabalho melhor para sustentar a família, tenho vontade de saber mais, é chato e ruim depender de outros para ler e escrever, para fazer

	alguma coisa.
9	Necessidades do dia a dia, ler e escrever alguma coisa no trabalho, ler as correspondências, ter mais conhecimentos.
10	Aprender mais, adquirir mais conhecimentos.
11	Incentivo de familiares e de amigos.
12	Aprender mais, preciso muito saber ler bem e fazer contas por causa da loja, toda hora precisa.
13	Queria aprender um pouco mais para arrumar um trabalho bom, mais leve.
14	Queria saber e aprender mais, para trabalhar.
15	Aprender mais e arrumar um trabalho melhor.
16	Ter mais conhecimento para conseguir um trabalho melhor e ganhar mais.
17	Queria saber mais, conhecer mais, para poder ter um trabalho melhor.
18	Eu queria aprender mais, poder ler, escrever, fazer contas.
19	Queria aprender mais, ter mais estudo para ter um trabalho fixo, com horário certo.
20	Queria saber mais, aprender mais e depois arrumar um bom trabalho.

Fonte: dados trabalhados pelo autor a partir das entrevistas.

Os jovens e adultos analfabetos ou com pouca escolaridade, que procuram pelas atividades de EJA, apresentam grande conhecimento prático de vida e muitas expectativas positivas ao iniciarem esses estudos. Vêm a EJA como uma forma alternativa e positiva de adquirirem conhecimentos escolares e fazem muitos planos para o futuro.

Acreditamos, à partir de nossas observações e vivência com o público dessa modalidade de ensino, que, para o educador, o maior mérito em trabalhar com a EJA seja vivenciar a humildade e a consciência que os alunos têm do seu cotidiano, a identificação e reconhecimento das suas limitações e o empenho na superação e alcance dos objetivos que o levaram a voltar para a escola já na fase adulta.

As expectativas em adquirir mais conhecimentos, representam para esses alunos da EJA a possibilidade de melhores postos de trabalho, de mais qualidade de vida e melhores condições para interagir com as pessoas e com o mundo globalizado no qual estão inseridos.

Os alunos das séries iniciais da EJA possuem consciência de que grande espaço temporal de sua vida, não fora devidamente vivida como deveria ser, pois foram privados da oportunidade de acesso aos conhecimentos oferecidos pelas atividades escolares. Vêm na EJA a possibilidade de, timidamente, entrarem em um mundo para eles muito distante e de difícil acesso.

As expectativas face às novas possibilidades abertas a partir do ingresso nas atividades da EJA, para muitos não se concretizam, pois inúmeros desses alunos, por motivos diversos, acabam por abandonar as aulas. Esse abandono representa para esses alunos a segunda possibilidade de escolarização negada, ou seja, o direito fundamental à educação mais uma vez é violado.

Iniciar e concluir o período letivo da EJA, para muitos alunos, é uma tarefa muito difícil devido às atividades do cotidiano. Os afazeres diários são, na maioria das vezes, os grandes responsáveis pela evasão.

O quadro a seguir elenca alguns dos motivos responsáveis pela evasão escolar explicitados pelos alunos nas entrevistas.

Quadro 5: Quais os motivos que o (a) levaram a desistir das aulas?

Alunos	Respostas
1	Muito serviço e problema de saúde também.
2	Problemas de saúde.
3	Por motivo de saúde, eu aprendo e desaprendo, não consigo lembrar.
4	Por causa de problemas de saúde e muito trabalho.
5	Por problemas familiares, o meu filho foi preso e fiquei desorientada.
6	As matérias eram muito difíceis, eu não estava entendendo quase nada e resolvi desistir.
7	Porque comecei a trabalhar a noite e ficou muito cansativo.
8	Por causa do trabalho, eu trabalhava em três lugares, e precisava dar atenção para a família, eu passava muito pouco tempo em casa com eles.
9	Por causa de trabalhar fora e os serviços de casa, não dava tempo para as atividades da escola.
10	Por causa do trabalho, e deixar as filhas sozinhas a noite e o bairro ser perigoso.
11	Falta de tempo, era preciso cuidar da casa e dos filhos.
12	Por causa do trabalho, tenho uma loja de vender roupas e preciso ficar até mais tarde aberto, aí não dá para chegar no horário, vou chegar sempre atrasado na

	escola.
13	Problemas pessoais, vícios com bebida e também usava drogas, aí eu não ia à aula e se ia não conseguia ficar lá.
14	Eu fiquei grávida e o meu marido não gostava que eu fosse estudar, tinha ciúmes.
15	Por causa do meu trabalho e da minha família, a noite eu tinha que cuidar das crianças, não tinha com quem deixar elas.
16	Por causa do trabalho, às vezes ia até tarde e não dava para ir para a escola, ou chegava muito atrasado.
17	Por causa do trabalho e também da família, ficava o dia todo no trabalho e aí a noite precisava ir para a escola, o marido reclamava, as crianças também, resolvi desistir.
18	Por causa da minha família, eu ia para a escola as crianças reclamavam e o meu marido não gostava que eu fosse para a escola, e durante o dia eu não tinha tempo para estudar, para fazer tarefa.
19	Por causa do trabalho, na maioria das vezes eu precisava trabalhar a noite, aí não dava para ir na aula, ou as vezes precisava sair no meio da aula para ir trabalhar.
20	Por causa de ser viciada em álcool e drogas, quando eu começava beber e usar drogas, eu ficava a semana toda fazendo isso, me envolvia com muita gente ruim, com prostituição e quando eu parava me sentia muito ruim e também não ia à aula até me sentir melhor.

Fonte: dados trabalhados pelo autor a partir das entrevistas.

Dentre as diversas causas explicitadas pelos alunos evadidos, que motivaram o abandono das salas de aulas, a questão do trabalho é o principal argumento descrito para justificar a evasão escolar.

O excesso de trabalho na maioria das vezes provoca a incompatibilidade de horário com as atividades escolares e o cansaço pelo longo dia de labuta, leva os alunos a optarem pela atividade que, apesar de penosa e mal remunerada financeiramente, representa o seu sustento e o da sua família.

Os trabalhos desenvolvidos por estes alunos trabalhadores são de pouca complexidade, não necessitando de conhecimentos específicos para o desempenho, culminando em baixa remuneração. Sobre o trabalho na era atual, Rodrigues (2007, p. 41), afirma que:

A suprema ironia do capitalismo é que o dominado pensa com a cabeça do dominador, e essa é a forma de dominação mais visceral. No capitalismo, os trabalhadores dormem com o inimigo, confortavelmente instalado em sua própria mente, todos os dias sem saber. É quase como se houvesse em seu cérebro um chip perverso de computador, desses de filme de ficção científica, que o obrigasse a levantar no outro dia e levar sua vida da mesma forma que no dia anterior.

Os problemas familiares também representam boa parcela das causas de desistência, os mais variados possíveis que vão desde prisão de filho, até ciúme do cônjuge. Dentre os entrevistados que alegaram este motivo, todos são mulheres e mães. Isso nos mostra o fundamental papel que a mulher exerce na família, principalmente nos últimos anos. Além de trabalharem fora para auxiliar no sustento financeiro da casa, ainda são responsáveis pelos cuidados da casa e dos familiares, na maioria das vezes convivem com a intolerância e incompreensão dos companheiros, que ao invés de incentivar e apoiar o crescimento intelectual da companheira age de forma grosseira e violenta com a companheira que insiste em estudar.

A maioria dessas mulheres para ter a harmonia familiar restabelecida, opta por atender as exigências do companheiro e abandonam os estudos.

Os problemas de saúde também são fatores de abandono, os entrevistados que alegaram este motivo como causa da desistência são pessoas humildes e de baixa renda, dependem do Sistema Único de Saúde (SUS) para todo e qualquer tratamento médico, e segundo eles, as dificuldades são muitas no momento de fazer esse tratamento. São muitos dias de idas e vindas aos postos de saúde e de espera pelos serviços médicos. O que causa grandes transtornos e sofrimento, culminando com muitas faltas às aulas e abandono das aulas.

Tabela 1: Distribuição dos motivos explicitados pelos alunos para justificar por que se matricularam na EJA.

Motivos Explicitados / alunos	Quantidade	%
<p>Motivos relacionados ao trabalho</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Eu queria tentar aprender mais, até arrumar um outro serviço melhor.</li> <li>• Por exigência do local de trabalho, exigiam a escolaridade para continuar no trabalho.</li> <li>• Por causa das exigências no trabalho, para ter melhor desempenho, saber o que estava fazendo.</li> <li>• Precisava conseguir um trabalho melhor para sustentar a família, tenho vontade de saber mais, é chato e ruim depender de outros para ler e escrever, para fazer alguma coisa.</li> <li>• Necessidades do dia a dia, ler e escrever alguma coisa no trabalho, ler as correspondências, ter mais conhecimentos.</li> <li>• Aprender mais, preciso muito saber ler bem e fazer contas por causa da loja, toda hora precisa.</li> <li>• Queria aprender um pouco mais para arrumar um trabalho bom, mais leve.</li> <li>• Queria saber e aprender mais, para trabalhar.</li> <li>• Aprender mais e arrumar um trabalho melhor.</li> <li>• Ter mais conhecimento para conseguir um trabalho melhor e ganhar mais.</li> <li>• Queria saber mais, conhecer mais, para poder ter um trabalho melhor.</li> <li>• Queria aprender mais, ter mais estudo para ter um trabalho fixo, com horário certo.</li> <li>• Queria saber mais, aprender mais e depois arrumar um bom trabalho.</li> </ul>	13	65
<p>Motivos relacionados ao aumento de conhecimentos</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ter mais conhecimento.</li> <li>• Vontade de aprender, mas já vi que não consigo.</li> <li>• Porque eu queria aprender, queria aprender ler, queria aprender escrever.</li> <li>• Eu tinha pouca escolaridade e queria aprender mais, ter mais conhecimento.</li> <li>• Aprender mais, adquirir mais conhecimentos.</li> <li>• Eu queria aprender mais, poder ler, escrever, fazer contas.</li> </ul>	06	30
<p>Motivos relacionados à influência de terceiros</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Incentivo de familiares e de amigos.</li> </ul>	01	5

Fonte: dados trabalhados pelo autor a partir das entrevistas.

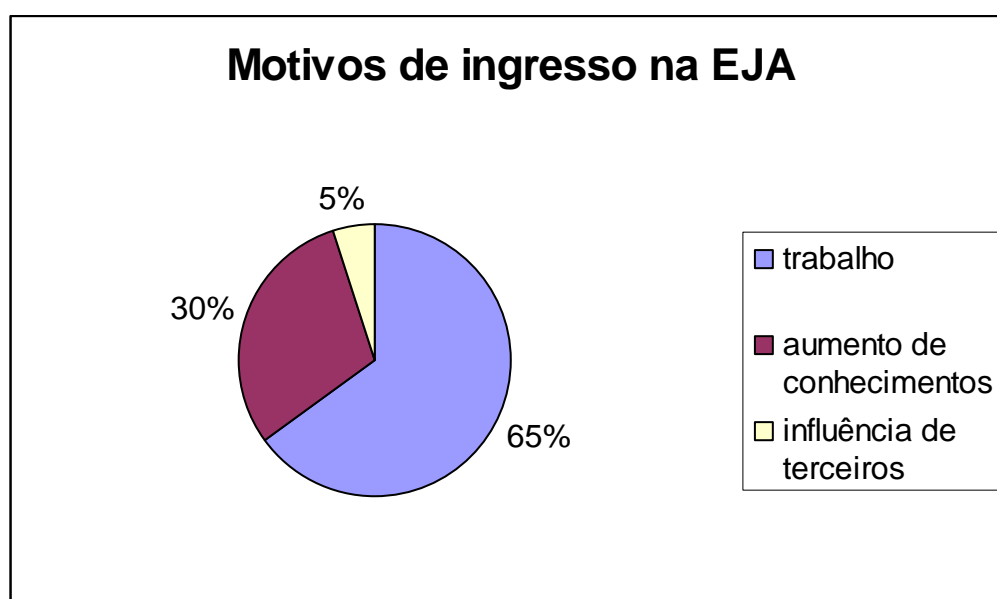
A expectativa por parte dos jovens e adultos ao ingressarem na EJA são grandes, sonham com novas possibilidades e oportunidades na vida. O principal motivo descrito pelos entrevistados para esse ingresso são as exigências para enfrentar o competitivo mercado de trabalho, as vagas são poucas, mas a mão de obra barata é grande. Acredita que com a melhoria de sua escolaridade, poderão conseguir trabalho mais facilmente, trabalho melhor remunerado e menos explorador. Assim, 65% (sessenta e cinco por cento) dos entrevistados justificaram o ingresso na EJA pelas necessidades encontradas para se arrumar um trabalho e para se permanecer nele.

A necessidade e a vontade de ampliar os conhecimentos de descobrir novos saberes, de poder entender mais sobre o mundo foram as justificativas de 30% (trinta por cento) dos entrevistados, que declararam o aumento de conhecimentos como o fator que os levaram a procurar as salas de aula da EJA.

A boa influência que a família e os amigos exercem sobre as pessoas é sempre muito importante, pois 5% (cinco por cento) dos entrevistados declararam voltar a estudar motivadas pela argumentação de pessoas próximas.

A figura abaixo nos permite um universo visual sintetizado dos motivos que os jovens e adultos elencaram como motivadores e determinantes para que os mesmos fizessem suas matrículas e ingressassem na EJA.

Figura 3. Percentual de motivos de ingresso na EJA.



Fonte: dados trabalhados pelo autor a partir das entrevistas.



Tabela 2: Distribuição dos motivos explicitados pelos alunos para justificar porque desistiram das aulas de EJA.

Motivos explicitados / alunos	Quant.	%
<p>Motivos relacionados somente ao trabalho</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Porque comecei a trabalhar a noite e ficou muito cansativo.</li> <li>• Por causa de trabalhar fora e os serviços de casa, não dava tempo para as atividades da escola.</li> <li>• Por causa do trabalho, tenho uma loja de vender roupas e preciso ficar até mais tarde aberto, aí não dá para chegar no horário, vou chegar sempre atrasado na escola.</li> <li>• Por causa do trabalho, às vezes ia até tarde e não dava para ir para a escola, ou chegava muito atrasado.</li> <li>• Por causa do trabalho, na maioria das vezes eu precisava trabalhar a noite, aí não dava para ir à aula, ou às vezes precisava sair no meio da aula para ir trabalhar.</li> </ul>	05	25
<p>Motivos relacionados somente à família</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de tempo, era preciso cuidar da casa e dos filhos.</li> <li>• Por causa da minha família, eu ia para a escola as crianças reclamavam e o meu marido não gostava que eu fosse para a escola, e durante o dia eu não tinha tempo para estudar, para fazer tarefa.</li> <li>• Eu fiquei grávida e o meu marido não gostava que eu fosse estudar, tinha ciúmes.</li> <li>• Por problemas familiares, o meu filho foi preso e fiquei desorientada.</li> </ul>	04	20
<p>Motivos relacionados ao trabalho e a família</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Por causa do trabalho, e deixar as filhas sozinhas a noite e o bairro ser perigoso.</li> <li>• Por causa do meu trabalho e da minha família, à noite eu tinha que cuidar das crianças, não tinha com quem deixar elas.</li> </ul>	04	20

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Por causa do trabalho e também da família, ficava o dia todo no trabalho e aí a noite precisava ir para a escola, o marido reclamava, as crianças também, resolvi desistir.</li> <li>• Por causa do trabalho, eu trabalhava em três lugares, e precisava dar atenção para a família, eu passava muito pouco tempo em casa com eles.</li> </ul>		
<p>Motivos relacionados somente à saúde</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Problemas de saúde.</li> <li>• Por motivo de saúde, eu aprendo e desaprendo, não consigo lembrar.</li> </ul>	02	10
<p>Motivos relacionados ao trabalho e saúde</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Muito serviço e problema de saúde também.</li> <li>• Por causa de problemas de saúde e muito trabalho.</li> </ul>	02	10
<p>Problemas pessoais</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Problemas pessoais, vícios com bebidas e também usava drogas, aí eu não ia à aula e se ia não conseguia ficar lá.</li> <li>• Por causa de ser viciada em álcool e drogas, quando eu começava beber e usar drogas, eu ficava a semana toda fazendo isso, me envolvia com muita gente ruim, com prostituição e quando eu parava me sentia muito ruim e também não ia à aula até me sentir melhor.</li> </ul>	02	10
<p>Motivos de dificuldades de aprendizagem</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• As matérias eram muito difíceis, eu não estava entendendo quase nada e resolvi desistir.</li> </ul>	01	05

Fonte: dados trabalhados pelo autor a partir das entrevistas.

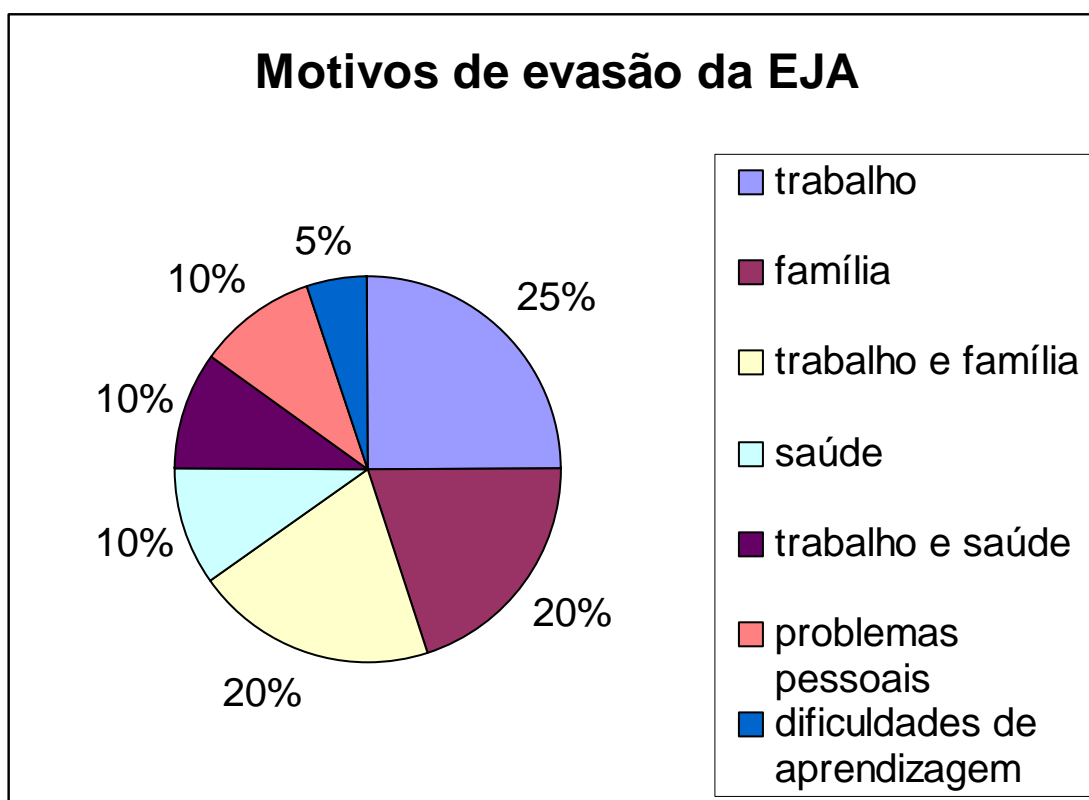
A questão do trabalho na vida dos jovens e adultos que fazem ou fizeram parte da EJA é um indicador bastante presente. Esse motivo foi o maior incentivador do regresso às atividades educacionais dessa clientela, mas também foi o grande responsável pela evasão escolar.

A família, a saúde e os problemas pessoais também são fatores importantes e presentes nas causas da evasão.

Dificuldade para obter bons rendimentos nas aulas aparece com apenas 5% dos entrevistados, isto nos leva a acreditar que o processo de ensino aprendizagem da EJA esteja dentro das expectativas do educando.

A figura abaixo mostra o universo visual sintetizado das causas que os jovens e adultos elencaram como motivadores e determinantes para que os mesmos abandonassem a EJA.

Figura 4 - Percentual de motivos de evasão na EJA.



Fonte: dados trabalhados pelo autor a partir das entrevistas.

É consenso entre os estudiosos da EJA, que ela apresenta uma realidade diferenciada e possui fatores e características diferenciadas, sobre isso Haddad (2007, p. 15), afirma que:

Embora a grande maioria dos alunos pertença às camadas mais pobres da população, outros fatores, além do socioeconômico, contribuem para diversificar o olhar sobre os estudantes dos cursos de EJA: seu gênero, sua etnia, o fato de ser uma escola urbana ou rural, se o aluno é portador de alguma deficiência e tantas outras características que fazem com que o ser humano seja reconhecido na sua composição de diversidades. Há ainda o histórico de cada indivíduo ou de cada grupo no contexto das lutas sociais, nas suas formas de organização e defesa de grupos de interesse.

O estudante jovem e adulto traz consigo uma bagagem muito rica de experiências e valores e cabe aos profissionais da educação, a observância e valorização dessas experiências, pois elas serão aliadas importantes no sucesso do processo de aquisição da leitura e da escrita.

Sobre esse fato Moll (2008, p.15) afirma que:

Podemos dizer que as memórias são matéria-prima fundamental para quem trabalha com educação de adultos. Ajudá-los a inscrever-se no universo letrado como leitores e escritores não pode significar apartá-los do que já viveram. A leitura e a escrita podem possibilitar-lhes novas miradas em relação as suas próprias memórias.

Os jovens e adultos são uma clientela diferenciada, portanto, a didática do processo de ensino aprendizagem desses estudantes deve ser diferenciada, com foco na valorização das características específicas e nas suas memórias, assim como do conhecimento empírico que sujeitos trazem para a sala de aula.

A execução da pesquisa proporcionou-nos a possibilidade de conhecer fatos importantes da EJA, principalmente no âmbito municipal, pelo manuseio de documentos oficiais da escola e da secretaria municipal de educação, bem como do CEFAPRO. Essa parte documental foi importante porque nos forneceu uma frieza numérica e estatística sobre a evasão dos alunos dessa modalidade de ensino, na Escola Municipal Isabel Campos, assim como a interlocução com as políticas públicas voltadas para esse público tão afetado por processos históricos de exclusão.

Mas, por outro lado, foi pelas entrevistas com os alunos evadidos que pudemos realmente conhecer histórias emocionantes de pessoas humildes e trabalhadoras, pessoas que tem trajetórias ricas de vida, de força de vontade e determinação para alcançar melhor qualidade de vida para si e para a família.

Todos os entrevistados nos transmitiram grande maturidade e expectativas que fazem em relação à educação e a falta que esta faz em suas vidas. Sentimos a frustração que os aflige quando necessitam abandonar as aulas por motivos alheios à sua vontade.

Muitos estudiosos e educadores conceituam e caracterizam a educação da forma acadêmica, como estamos acostumados a estudar, mas para aquele aluno jovem e adulto que procura a EJA, tem um conceito próprio de

educação, ele a vê como algo decisivo e determinante para resolver seus problemas.

Esses alunos apresentam profundo desejo em adquirir conhecimentos o mais rápido possível, como se tivessem recuperar todos os anos que ficaram para trás sem que os mesmos pudessem gradativamente frequentar uma sala de aula.

Confirmar e apresentar números elevados de evasão de acordo com os documentos manuseados é para nós um fato triste, mas conhecer as histórias e motivos que levaram a essa evasão é bastante emocionante. Não basta analisar um fato superficialmente, desejamos conhecê-lo por dentro, compreender as suas motivações. Foi esse o percurso que traçamos para esta pesquisa.

Uma de nossas entrevistadas nos recebeu em seu quarto e deitada em sua cama, pois não consegue sequer se levantar devido a sérios problemas de saúde, e fez questão de participar da pesquisa, e mostrar o porquê de não estar em sala de aula. Segundo ela assim que apresentar melhoras retornará aos estudos, nos disse tudo isso com uma toalha no rosto, para que não percebêssemos as lágrimas que corriam dos seus olhos.

Com outra entrevistada pudemos verificar a destruição que as drogas e o álcool fazem na vida de um ser humano. Uma mulher e mãe de 25 anos de idade, mas que aparenta ter o dobro, é dependente química que tem consciência do seu problema e tenta desesperadamente superar o vício, mas não consegue. É dona de extensa ficha policial causada pela necessidade da manutenção do uso de drogas.

Um simpático senhor de 68 anos nos disse durante a entrevista “professor o lápis é mais pesado que a minha enxada”. Para esse aluno a escrita das palavras é uma ação mais difícil que manusear uma enxada, devido ao motivo da sua proximidade cotidiana com a ferramenta de trabalho e não com o lápis. Palavras que retratam a realidade da grande maioria dos evadidos, o trabalho é a causa principal das desistências.

Um aluno que trabalha como *moto boy* nos disse que desistiu das aulas porque às vezes recebia ligação no meio da aula para fazer uma corrida e ele não podia perder o cliente nem o dinheiro, pois dependia desse trabalho para sustentar toda a família.

Outro entrevistado nos disse que desistiu por vergonha do professor e dos colegas, o seu trabalho era muito pesado e começava muito cedo, e por várias vezes dormiu sentado na carteira e foi acordado pelo professor durante a aula, não

conseguia aprender e acompanhar o rendimento dos colegas devido ao excesso de cansaço e sono. O trabalho é a causa principal das desistências

A educação e o trabalho possuem íntima relação, delas dependem o individual e o coletivo, devem ser complemento uma da outra, de forma que o grande beneficiado sejam ambos. Pinto (2003, p. 37), afirma que:

Para que aumentem as possibilidades individuais de educação, e para que se tornem universais, é necessário que mude o ponto de vista dominante sobre o valor do homem na sociedade, o que só ocorrerá pela mudança de valoração atribuída ao trabalho. Quando o trabalho manual deixar de ser um estigma e se converter em simples diferenciação do trabalho social geral, a educação institucionalizada perderá o caráter de privilégio e será um direito concretamente igual para todos.

O trabalho é a atividade que permite a sobrevivência do ser humano, mas essa atividade deve ser elemento que permita uma vida justa e digna desse trabalhador. O trabalho a cada dia se moderniza e exige novos conhecimentos, a aí entra o papel da educação que deve proporcionar essas condições ao trabalhador. A educação deve ser conscientizadora da importância do ser humano enquanto ser humano e não mera peça produtiva do capitalismo conforme a afirmação de Rodrigues (2007, p. 40).

Exploração econômica e opressão política do homem pelo homem sempre houve em todas as sociedades; só que no capitalismo há uma diferença. Em todas as outras formas de dominação histórica anteriores, o dominado sabia que era dominado e sabia quem era o dominador. O escravo sabia que seu senhor o mantinha em cativeiro e o obrigava a trabalhar para si à força, o servo sabia que o dono do feudo lhe arrancava a maior parte do que plantava e colhia. No capitalismo, ao contrário, o trabalhador acha que é justo que ele seja separado do fruto de seu trabalho mediante o pagamento do salário. O máximo de injustiça contra a qual o trabalhador normalmente se revolta diz respeito aos salários baixos e às condições ruins de trabalho (jornadas longas demais, insalubridade etc.).

É muito contraditório que, mesmo depois de passado mais de um século da abolição da escravatura no Brasil, uma pesquisa sobre a evasão na modalidade EJA tenha nos aproximado de pessoas escravizadas pelo capitalismo e obrigadas a optar entre ser e viver, trabalhando exaustivamente para se manter numa sub-categoria da “cidadania”, cujo significado da palavra ainda não tiveram a oportunidade de estudar nos bancos da escola.

A seguir apresentamos a parte final, as considerações e conclusões que o desenvolvimento da pesquisa nos permitiu visualizar.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da Educação de Jovens e Adultos revela uma realidade que incomoda a nação, e que é fato explícito. A existência dessa realidade é possível ser comprovada pelos dados oficiais do IBGE. Os números encontrados pelo PNAD mostram um país que apesar de avanços educativos, nos últimos cinquenta anos não conseguiu diminuir o déficit educacional à população jovem e adulta.

Grande parte das ações dos governantes brasileiros, nas últimas décadas, resumiu-se na execução de campanhas de alfabetização como forma de se combater o analfabetismo. Algumas dessas campanhas obtiveram relativo sucesso, mas por conta da descontinuidade das ações devido a alternância de governantes, elas tiveram pouca duração, sendo substituídas por outras campanhas.

Dentre os trabalhos realizados no Brasil direcionados à erradicação do analfabetismo, destacaram-se os trabalhos e ideias de Paulo Freire, que se tornou um ícone para os educadores brasileiros e para alguns países que adotaram a sua metodologia de alfabetização. A ideologia freireana é a diretriz da Educação de Jovens e Adultos no nosso país.

Entretanto, ainda somos uma nação com 14,1 milhões de analfabetos entre a população acima de 15 anos de idade, este total representa 9,7% da população brasileira. Uma queda de 0,3% ponto percentual em relação à taxa de 2008. O PNE de 2002 estabeleceu como meta de erradicação do analfabetismo até o ano de 2010, mas essa meta ainda está distante de ser cumprida, principalmente na região Nordeste, que apresenta o índice mais elevado.

O relatório aponta que o analfabetismo entre a população masculina é maior que entre a população feminina, apesar da queda apresentada nos últimos anos.

Na Cúpula Mundial de Educação realizada em Dacar no ano de 2000, a UNESCO estabeleceu como meta para o Brasil, atingir 6,7% de analfabetismo na população com mais de 15 anos de idade até o ano de 2015.

Considerando o analfabetismo funcional a situação fica ainda pior, um em cada cinco brasileiros é analfabeto funcional, ou seja, 20,3%, e novamente a região Nordeste aparece com o pior índice 30,8% e o menor índice a região Sudeste, acima de 15%.

Segundo o relatório do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para o ano de 2010, o Brasil ocupa a 73ª posição entre 169 países pesquisados.

A EJA no contexto nacional ainda sofre de insuficiência de recursos políticos, financeiros e humanos, que efetivamente possibilitem planejamento e ações concretas à curto, médio e longo prazos, com o objetivo de combater o analfabetismo entre jovens e adultos.

A EJA é preocupação mundial, pela orientação e participação da UNESCO, importantes diretrizes vêm sendo implementadas e orientadas entre os países membros, com intuito de erradicar ou amenizar o analfabetismo entre a população jovem e adulta, essas diretrizes são definidas pelas Confindeas realizadas periodicamente.

Historicamente o conceito e características da EJA evoluíram, em razão da evolução da humanidade, e foram definidas de acordo com o contexto mundial.

O Brasil como membro tem buscado seguir os direcionamentos apontados pela UNESCO, apesar das ações concretas bastante tímidas e insuficientes, conforme aponta os dados do IBGE pela PNAD.

O município de Cáceres-MT, seguindo as diretrizes nacionais e estaduais implantou a EJA a partir do ano de 2000 na rede municipal com grande oferta de vagas e demanda para a educação básica tanto na zona rural como na zona urbana. Mas gradativamente a demanda e oferta foram diminuindo e no ano de 2009 reduziu-se a apenas duas escolas.

Diversos fatores ocasionaram esse fato, como falta de infra-estrutura nas unidades escolares, falta de qualificação profissional de professores, desinteresse dos dirigentes das escolas e da Secretaria Municipal de Educação, aliados ao índice elevado de evasão.

A história da EJA na rede municipal de ensino da cidade de Cáceres-MT é recente, e inicialmente teve grande expansão e euforia, mas foi perdendo o entusiasmo inicial e está quase extinto.

As conversas com os entrevistados nos revelaram uma face desconhecida estatisticamente das causas da evasão, mas que informalmente essas causas passam a ser visualizadas.



Educar jovens e adultos não é uma tarefa fácil, há a necessidade de apoio de uma estrutura bem montada e dinâmica que direcione e promova ações específicas para essa modalidade de ensino.

Os estudantes jovens e adultos são frutos de um processo educacional excludente que se instalou no país ao longo da sua história e que precisa ser revisto e amenizado. Os números encontrados no nosso trabalho referente à oferta de EJA, mostram que mais uma vez o direito constitucional do cidadão brasileiro à educação está sendo denegado.

Sabemos que erradicar o analfabetismo pode ser considerado uma utopia, mas pode ser amenizado. O problema existe e deve ser enfrentado. São necessárias ações concretas e conjuntas entre os órgãos oficiais com a sociedade civil organizada para a solução do problema.

As ações devem começar na educação das crianças, educá-las é sinônimo de erradicação do analfabetismo entre jovens e adultos. Visto dessa forma o analfabetismo dos adultos se resolveria, e a EJA perderia sua função e lentamente desapareceria. Isso nos parece que está em um horizonte distante, então, necessita-se de ações imediatas que tenham êxito, enquanto não temos o ideal de educação. É necessário que governantes, Ong's e sociedade civil discutam e viabilizem meios concretos de combater essa questão que aflige a todos .

Ouvir os diretamente afetados pelo processo de exclusão causado pelo analfabetismo e pela impossibilidade de frequentar uma escola, mesmo depois de adultos, facilita a compreensão e a definição de metas e estratégias de ação que anulem ou amenizem os motivos da evasão na EJA.

O fato da existência da evasão já foi bastante difundido por outras pesquisas sobre essa modalidade de ensino. Por um outro viés, em nossa pesquisa procuramos desvelar o que está nas entrelinhas do dizer desses jovens e adultos impedidos de frequentar a escola. Os trabalhadores sentem na pele a necessidade de escolarização, para ingresso no mercado de trabalho, tem consciência de suas limitações e da necessidade de aumentar os seus conhecimentos, mas que ironicamente o mesmo trabalho que os sustenta, os exclui da possibilidade de progressão educativa, devido aos excessos de carga horária.

O analfabetismo entre jovens e adultos está ligado às condições socioeconômicas dessas pessoas, entre os entrevistados a remuneração pelos trabalhos prestados, está na média de um salário mínimo.

Os índices da evasão escolar na EJA encontrados no município de Cáceres-MT mostram a realidade que acreditamos ser espelho de situações idênticas em vários locais das diferentes regiões brasileiras.

Os dados estatísticos observados na escola municipal Isabel Campos e na Secretaria Municipal de Educação sobre essa problemática, direcionaram a execução desta pesquisa com o objetivo de conhecer os motivos que tiram os jovens e adultos das salas de aulas e os fazem abandonar as expectativas que os impulsionaram ao regresso escolar.

Dentre os indicadores descritos pelos alunos, o mais frequente e importante tanto no incentivo de ingresso e de evasão da EJA, está a necessidade do trabalho. Os jovens e adultos tem consciência de que o acesso, a permanência e a ascensão ao mercado de trabalho, têm relação direta com o nível de escolaridade, motivo pelo qual a maioria dos estudantes trabalhadores retoma os estudos.

As suas expectativas, ao retornarem às aulas, são grandes, mas devido a serem os responsáveis pelo próprio sustento ou da família, e a jornada de trabalho ser grande, causando cansaço e incompatibilidade de horários, acabam abandonando os estudos.

Conciliar a carga horária do trabalho com as atividades escolares, transformou-se num desafio que o sistema educacional do município terá de enfrentar para amenizar a evasão escolar no primeiro segmento da EJA.

Haddad (2007, p. 15), afirma que:

Avançar numa concepção de EJA significa reconhecer o direito a uma escolarização para todas as pessoas, independentemente de sua idade. Significa reconhecer que não se pode privar parte da população dos conteúdos e bens simbólicos acumulados historicamente e que são transmitidos pelos processos escolares. Significa reconhecer que a garantia do direito humano à educação passa pela elevação da escolaridade média de toda a população e pela eliminação do analfabetismo.

Erradicar o analfabetismo e elevar a escolaridade média da população é um processo que depende de políticas públicas de acesso e permanência dos jovens e adultos nas salas de aula. Políticas que proporcionem condições adequadas de trabalho e estudo a esses párias.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Adriana de. **Um estudo do e no processo de implantação no estado do Paraná do Proeja**: problematizando as causas da evasão. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Paraná (UFPR), 2009. Disponível em: <<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=2009384>>. Acesso em: 07 jul.2010.

ALMEIDA, Miguel Rodrigues de. **Educação de jovens e adultos no município de Senhor do Bonfim - BA**: relação entre a prática docente e a evasão escolar. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), 2008. Disponível em: <<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=2008131>>. Acesso em: 09 jun. 2010.

ANDRE, M. E. D. A. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação Educacional**. 1ª ed. Brasília: Líber Livro, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº. 4.024 de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação. Disponível em: <[http://histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes\\_escritas/6\\_nacional\\_desenvolvimento/ldb](http://histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/6_nacional_desenvolvimento/ldb)> . Acesso em: 12 out. 2010.

\_\_\_\_\_. Lei Nº. 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1971. Disponível em: <<http://www.prolei.inep.gov.br/prolei>>. Acesso em: 10 maio 2010.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Lei das Diretrizes e Bases da Educação, Brasília-DF. Câmara Federal, 2001.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Educação**. Brasília-DF, Câmara Federal, 2002.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 5. ed. Lisboa: Edições 70, 2009.

BUARQUE, C. **O colapso da modernidade brasileira e uma proposta alternativa**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

COURA, I. G. M. **A terceira idade na educação de jovens e adultos: expectativas e motivações**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2007. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/hjpb-7dsq36>>. Acesso em: 14 jun. 2010.

FÁVERO, O. **A educação nas constituintes brasileiras**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2001.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Brasília: Líber Livro, 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 27. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. **Educação de jovens e adultos: Teoria, prática e proposta**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GADOTTI, M. **Educação de adultos como direito humano**. São Paulo: Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

HADDAD, S. (coord.). **Novos caminhos em educação de jovens e adultos – EJA: um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras**. São Paulo: Global, 2007.

MILETO, L. F. M. **No mesmo barco, um ajuda o outro a não desistir: estratégias e trajetórias de permanência na educação de jovens e adultos**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense (UFF), 2009. Disponível em: <<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=2009323>>. Acesso em: 07 nov. 2010.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MOLL, J. (org.). **Educação de jovens e adultos**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2008.

MOTTA, S. F. **Educação de jovens e adultos: evasão, regresso e perspectivas futuras**. Dissertação (Mestrado) - Centro Universitário Moura Lacerda, Ribeirão Preto, SP, 2007. Disponível em: <<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=2007733>>. Acesso em: 09 jul. 2010.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2002.

PINTO, Á. V. **Sete lições sobre educação de adultos**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

RODRIGUES, A. T. **Sociologia da educação**. 6. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SALES, S. C. F. **Educação de jovens e adultos no interior da Bahia**: programa Reaja. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de São Carlos (UFSC), 2008. Disponível em: <<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=2008163>>. Acesso em: 07 nov. 2010.

SANTOS FILHO, J. C. **Pesquisa educacional: quantidade-qualidade**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, E. B. (org.). **A educação básica pós-LDB**. 1. ed. São Paulo: Pioneira, 2003.

SOARES, L. J. G.; GIOVANETTI, M. A. G. C.; GOMES, N. L. **Diálogos na educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

UNESCO. **Declaração de Hamburgo e Agenda para o Futuro**: V Conferência Internacional de Educação de Adultos. Hamburgo, Alemanha. Brasília: MEC: UNESCO, 1997. Disponível em: <<http://www.nepp-dh.ufrj.br/onu12-3.html>>. Acesso em: 05 maio 2010.

\_\_\_\_\_. Marco de Ação de Belém. **VI Conferência Internacional de Educação de Adultos**. Belém-Brasil. UNESCO, 2009. Disponível em: <[http://www.unesco.org/fileadmin/multimedia/institutes/uil/confintea/pdf/working\\_documents/belemframework\\_final\\_ptg.pdf](http://www.unesco.org/fileadmin/multimedia/institutes/uil/confintea/pdf/working_documents/belemframework_final_ptg.pdf)>. Acesso em: 18 ago. 2010.

\_\_\_\_\_. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <[http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis\\_intern/ddh\\_bib\\_inter\\_universal.htm](http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm)>. Acesso em: 05 maio 2010.

VIEIRA, E. F. C. **Evasão escolar no curso do Programa Educacional de Jovens e Adultos (PROEJA)**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense (UFF), 2009. Disponível em: <<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?Idtese=2009393>>. Acesso em: 07 nov. 2010.

## OBRAS CONSULTADAS

ARRUDA, S. A. R. **Leitura e escrita na EJA: práticas enunciativo-discursivas no ensino médio**. 2010. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá-MT.

BARCELOS, V. **Formação de professores para a educação de jovens e adultos**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

BEISIEGEL, C. R. **Estado e educação popular**. Brasília: Líber Livro, 2004.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRASIL. **Parâmetros em Ação – Educação de Jovens e Adultos**: Programa de Desenvolvimento Profissional Continuado. Brasília: Ministério da Educação, 1999.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**, de 16 de julho de 1934. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm)> . Acesso em: 22 ago. 2010.

\_\_\_\_\_. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**, de 10 de novembro de 1937. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm)>. Acesso em: 22 ago. 2010.

\_\_\_\_\_. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**, de 18 de setembro de 1946. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm)>. Acesso em: 24 ago. 2010.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 24 de janeiro de 1967. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao67.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm)> Acesso em: 24 ago. 2010.

DEMO, P. **Desafios modernos da educação**. 13. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

FAZENDA, I. (org.). **A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento**. 2. ed. Campinas: Papirus, 1997.

FREIRE, P. **A Importância do ato de ler**. 48. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 31. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 27. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GADOTTI, M. **Educação de adultos como direito humano**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KLEIMAN, A. B.; SIGNORINI, I. **O ensino e a formação do professor: alfabetização de jovens e adultos**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.

LEAL, T. F.; ALBUQUERQUE, E. B. C. (Orgs.) **Desafios da educação de jovens e adultos: Construindo práticas de alfabetização**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

LOCH, J. M. P. et al. **Educação de jovens e adultos: planejamento, metodologias e avaliação**. Porto Alegre: Mediação, 2009.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. UNESCO. Rio de Janeiro: Cortez, 2002.

MOURA, T. M. M. (org.). **A Formação de professores (as) para a educação de jovens e adultos**. Maceió: Ed. UFAL, 2005.

PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática**. 2. ed. Campinas: Papyrus, 1997.

POSSANI, L. F. P. **Educação de jovens e adultos: um olhar sobre a exclusão**. São Paulo: Articulação Universidade/Escola, 2007.

RIBEIRO, V. M. **Educação de jovens e Adultos: novos leitores, novas leituras**. 3. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

SAVIANI, D. **Educação brasileira: estrutura e sistema.** 7. ed. São Paulo: Autores Associados, 1996.

SCOCUGLIA, A. C. **A educação de jovens e adultos: histórias e memórias da década de 60.** São Paulo: Plano e Editores Associados, 2003.

SOARES, L. J. G. **Educação de jovens e adultos: Diretrizes Curriculares Nacionais.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

TEIXEIRA, J.; NUNES, L. **Avaliação escolar: da teoria à prática.** Rio de Janeiro: Wak, 2008.



## **ANEXOS**

## Anexo 1 - Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

GP - Sistema Gestor de Pesquisa

[http://www.unoeste.br/sgp/coo\\_visparecerprojeto.asp?pro=1471&pa...](http://www.unoeste.br/sgp/coo_visparecerprojeto.asp?pro=1471&pa...)

Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa  
Sistema Gestor de Pesquisa (SGP)

[Imprimir](#) | [Fechar](#)

### Parecer Projeto

#### Informações do Projeto

**Título do Projeto:** Educação de Jovens e Adultos: perspectivas e evasão no município de Cáceres-MT

**Tipo do Projeto:** PPG

**Protocolo do Projeto:** 260



[Arquivo do projeto \(Download\)](#)

**O arquivo de sugestões do parecerista não foi anexado.**

#### Informações do Parecer

**Data do Parecer:** 28/04/2010

**Data do Envio:** 28/04/2010

**Situação do Projeto:** Aprovado

**Comissão:** Comissão de Pesquisa (CAPI)

**Consideração:**

QUESTIONÁRIO ESTÁ ADEQUADO.

#### Itens Gerais Considerações/Recomendações:

Relevância e importância do tema a ser pesquisado

Coerência interna dos conteúdos que compõem a estrutura do projeto

Adequação científica e correção gramatical da linguagem escrita

Pertinência do referencial bibliográfico

Adequação da abordagem teórica

#### Itens Específicos Considerações/Recomendações

Título

Resumo

Introdução e justificativa

Objetivos

Material e Métodos

Forma e Análise dos resultados


Plano de Trabalho e Cronograma

[Imprimir](#) | [Fechar](#)

## Anexo 2 - Parecer da Comissão de Pesquisa (CAl).

SGP - Sistema Gestor de Pesquisa

[http://www.unoeste.br/sgp/coo\\_visparecerprojeto.asp?pro=1471&pa...](http://www.unoeste.br/sgp/coo_visparecerprojeto.asp?pro=1471&pa...)



**UNOESTE**  
UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA  
PRESIDENTE PRUDENTE - SP

**Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa**  
**Sistema Gestor de Pesquisa (SGP)**


[Imprimir](#) | [Fechar](#)

---

**Parecer Projeto**

**Informações do Projeto**

**Título do Projeto:** Educação de Jovens e Adultos: perspectivas e avaliação no município de Cáceres-MT  
**Tipo do Projeto:** PPG  
**Protocolo do Projeto:** 260

 [Arquivo do projeto \(Download\)](#)

O arquivo de sugestões do parecerista não foi enviado.

**Informações do Parecer**

**Data do Parecer:** 09/04/2010  
**Data do Envio:** 29/03/2010  
**Situação do Projeto:** Aprovado  
**Comissão:** Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)  
**Consideração:**

ESTÃO PRESENTES TODOS OS DOCUMENTOS DO PROJETO DE PESQUISA. A METODOLOGIA DE PESQUISA ESTÁ TOTALMENTE ADEQUADA SOB O CRIVO DA ÉTICA. OS PESQUISADORES APRESENTARAM O ROTEIRO DE ENTREVISTA E A REFORMULAÇÃO DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO. OS PESQUISADORES COMPATIBILIZARAM O CRONOGRAMA DO PROJETO DE PESQUISA E SISTEMA GESTOR DE PESQUISA (SGP), COM PREVISÃO DE INÍCIO DA COLETA DE DADOS NO MÊS DE MAIO DE 2010. RECOMENDA-SE AO COLEGIADO A APROVAÇÃO DO PROJETO, CONFORME ATINENTE RESOLUÇÃO.

**Itens Gerais Considerações/Recomendações:**

- Relevância e importância do tema a ser pesquisado
- Coerência interna dos conteúdos que compõem a estrutura do projeto
- Adequação científica e correção gramatical da linguagem escrita
- Pertinência do referencial bibliográfico
- Adequação da abordagem teórica

**Itens Específicos Considerações/Recomendações:**

- Título
- Resumo
- Introdução e justificativa
- Objetivos
- Materiais e Métodos
- Forma e Análise dos resultados
- Plano de Trabalho e Cronograma

[Imprimir](#) | [Fechar](#)

Anexo 3 - Declaração de Infra-Estrutura e Autorização para Uso da Mesma: Escola Municipal Isabel Campos.

<p><b>Declaração de Infra-Estrutura e Autorização para Uso da Mesma</b></p> <p><b>À Coordenadoria Central de Pesquisa</b></p> <p>Declaro, conforme os Regulamentos dos Programas de Pesquisa Institucionais, a fim de viabilizar a execução da pesquisa intitulada "<b>Educação de Jovens e Adultos: perspectivas e evasão no município de Cáceres-MT</b>", sob a responsabilidade do(s) pesquisador (es) Profa. Dra. <b>HELENA FARIA DE BARROS (orientadora)</b>, e <b>PEDRO JOSÉ DE LARA (pesquisador)</b> que o (a) <input type="text" value="ESCOLA MUNICIPAL 'ISABEL CAMPOS'"/></p> <p>conta com toda a infra-estrutura necessária para a realização da pesquisa e que o(s) pesquisador(es) acima citado(s) está(ão) autorizado(s) a utilizá-la.</p> <p>De acordo e ciente.</p> <p>Segunda-feira, 16 de Novembro de 2009.</p> <p></p> <p>*Nome: MARCOS ANTONIO MATIAS DOS SANTOS – CPF: 876.857.101-10 Diretor da Escola Municipal Isabel Campos</p> <p>*Assinatura do responsável pela infra-estrutura onde será realizada a pesquisa</p> <p><b>Obs.:</b> Cada Instituição envolvida no projeto de pesquisa deverá apresentar esta declaração em separado.</p> <p style="text-align: right;"><a href="#">Imprimir</a>   <a href="#">Fechar</a></p> <p style="text-align: center;"> Sistema Gestor de Pesquisa <b>Unoeste</b></p>
--

Anexo 4 - Declaração de Autorização para contato com os Sujeitos da Pesquisa:  
Escola Municipal Isabel Campos.

---

**Declaração de Autorização para contato com os Sujeitos da Pesquisa**

Ao Comitê de Ética em Pesquisa - CEP

Declaro, a fim de viabilizar a execução da pesquisa intitulada "Educação de Jovens e Adultos: perspectivas e evasão no município de Cáceres-MT", sob a responsabilidade do(s) pesquisador (es) Profa. Dra. Helena Faria de Barros (orientadora) e Pedro José de Lara (pesquisador), que o(s) mesmo(s) está (ão) **autorizado(s)** a manter contato com os sujeitos da pesquisa vinculados a Instituição "Escola Municipal Isabel Campos – Cáceres-MT", no período de 02/01/2010 a 31/03/2010.

De acordo e ciente,

Presidente Prudente, 16 de novembro de 2009.



---

MARCOS ANTONIO MATIAS DOS SANTOS - CPF: 876.857.101-10  
Diretor da Escola Municipal Isabel Campos – Cáceres-MT  
(nome e/ou carimbo, assinatura, cargo e/ou função e CPF)

---

*Obs.: Cada área envolvida no projeto de pesquisa deverá apresentar esta declaração em separado.*

Anexo 5 - Declaração de Autorização para Utilização de Prontuários e Documentos:  
Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

---

**Declaração de Autorização para Utilização de Prontuários e Documentos**

Ao Comitê de Ética em Pesquisa - CEP

Declaro, a fim de viabilizar a execução da pesquisa intitulada "Educação de Jovens e Adultos: perspectivas e evasão no município de Cáceres-MT", sob a responsabilidade do(s) pesquisador (es) Profª. Dra. Helena Faria de Barros (orientadora) e Pedro José de Lara (pesquisador), que o(s) mesmo(s) está (ão) **autorizado(s)** a fazer uso de prontuários e documentos que estão sob minha guarda e responsabilidade no período de 02/01/2010 a 31/03/2010.

De acordo e ciente,

Presidente Prudente-SP, 16 de novembro de 2009.



---

DIMAS SANTANA SOUZA NEVES - CPF: 292.941.501-00  
Secretário Municipal de Educação – Cáceres-MT  
(nome e/ou carimbo, assinatura, cargo e/ou função e CPF)

---

*Obs.: Cada área envolvida no projeto de pesquisa deverá apresentar esta declaração em separado.*

Anexo 6 - Declaração de Infra-Estrutura e Autorização para Uso da Mesma:  
Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

<p><b>Declaração de Infra-Estrutura e Autorização para Uso da Mesma</b></p> <p>À <b>Coordenadoria Central de Pesquisa</b></p> <p>Declaro, conforme os Regulamentos dos Programas de Pesquisa Institucionais, a fim de viabilizar a execução da pesquisa intitulada "<b>Educação de Jovens e Adultos: perspectivas e evasão no município de Cáceres-MT</b>", sob a responsabilidade do(s) pesquisador (es) Profa. Dra. <b>HELENA FARIA DE BARROS (orientadora)</b> e <b>PEDRO JOSÉ DE LARA (pesquisador)</b> que o (a) <input type="text" value="SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CÁCERES-MT"/>,</p> <p>conta com toda a infra-estrutura necessária para a realização da pesquisa e que o(s) pesquisador(es) acima citado(s) está(ão) autorizado(s) a utilizá-la.</p> <p>De acordo e ciente,</p> <p>Segunda-feira, 16 de Novembro de 2009.</p> <p></p> <p>*Nome: DIMAS SANTANA SOUZA NEVES - CPF: 292.941.501-00 Secretário Municipal de Educação – Cáceres-MT</p> <p>*Assinatura do responsável pela infra-estrutura onde será realizada a pesquisa</p> <p><b>Obs.:</b> Cada Instituição envolvida no projeto de pesquisa deverá apresentar esta declaração em separado.</p> <p style="text-align: right;"><a href="#">Imprimir</a>   <a href="#">Fechar</a></p>
 <b>Sistema Gestor de Pesquisa</b> <b>Unoeste</b>

Anexo 7 - Declaração de Autorização para Utilização de Prontuários e Documentos:  
Escola Municipal Isabel Campos.

---

**Declaração de Autorização para Utilização de Prontuários e Documentos**

Ao Comitê de Ética em Pesquisa - CEP

Declaro, a fim de viabilizar a execução da pesquisa intitulada "Educação de Jovens e Adultos: perspectivas e evasão no município de Cáceres-MT", sob a responsabilidade do(s) pesquisador (es) Profa. Dra. Helena Faria de Barros (orientadora) e Pedro José de Lara (pesquisador), que o(s) mesmo(s) está (ão) **autorizado(s)** a fazer uso de prontuários e documentos que estão sob minha guarda e responsabilidade no período de 02/01/2010 a 31/03/2010.

De acordo e ciente,

Presidente Prudente-SP, 16 de novembro de 2009.



---

MARCOS ANTONIO MATIAS DOS SANTOS - CPF: 876.857.101-10  
Diretor da Escola Municipal Isabel Campos – Cáceres-MT  
(nome e/ou carimbo, assinatura, cargo e/ou função e CPF)

---

*Obs.: Cada área envolvida no projeto de pesquisa deverá apresentar esta declaração em separado.*



## APÊNDICES

## Apêndice 1 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

UNOESTE: Universidade do Oeste Paulista – Mestrado em Educação  
 Projeto: Educação de Jovens e Adultos: perspectivas e evasão no município de Cáceres-MT

### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa **“Educação de Jovens e Adultos: perspectivas e evasão no município de Cáceres-MT”**, tema de dissertação de mestrado da Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE, localizada em Presidente Prudente-SP.

Você foi selecionado (a) por ter sido aluno (a) da Educação de Jovens e Adultos (primeiro segmento) da escola municipal “Isabel Campos” entre os anos de 2000 e 2009, no município de Cáceres-MT, e a sua participação não é obrigatória.

Os objetivos deste estudo são conhecer as perspectivas de ingresso nessa modalidade de ensino, analisar e diagnosticar as causas da evasão escolar.

Serão pesquisados aproximadamente 20 (vinte) ex-alunos (as) e a sua participação nesta pesquisa, consistirá em conceder uma única entrevista que será gravada, respondendo questões sobre perspectivas de ingresso e motivos de evasão na Educação de Jovens e Adultos.

Não haverá nenhum tipo de despesa para o participante da pesquisa, bem como nada será pago ao mesmo pela participação na pesquisa.

Será respeitada a autonomia e a dignidade do participante e o mesmo poderá a qualquer momento, pedir informações e esclarecimentos sobre a pesquisa.

Ficará a disposição do participante os nomes e os telefones dos pesquisadores e da representante do Comitê de Ética (CEP).

Pedro José de Lara (Pesquisador) - Fone: (65) 9965.8593.

Profa. Dra. Helena Faria de Barros (Orientadora) - Fone: (18) 3223.4467.

Profa. Dra. Rosa Maria B. Nogueira (Coordenadora - CEP) -Fone: (18) 3229.2077.

As informações obtidas por meio desta pesquisa serão publicadas e asseguramos o sigilo absoluto da sua identificação. Os dados coletados serão divulgados de forma que a sua participação seja anônima.

\_\_\_\_\_  
 Dra. Helena Faria de Barros (orientadora)      Pedro José de Lara (pesquisador)

- Declaro que entendi e concordo com os objetivos, riscos e benefícios da minha participação na pesquisa, e que a mesma é voluntária.

\_\_\_\_\_  
 (participante da Pesquisa)

Local e data: Cáceres-MT, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Fone para contato: (065) \_\_\_\_\_

Comitê de Ética e Pesquisa – Unoeste  
 Coordenadora: Rosa Maria Barilli Nogueira  
 Fone: (18) 3229-2077

## Apêndice 2 - Roteiro de Entrevista com Alunos Evadidos.

UNOESTE: Universidade do Oeste Paulista – Mestrado em Educação  
Projeto: Educação de Jovens e Adultos: perspectivas e evasão no Município de Cáceres-MT

### ROTEIRO DE ENTREVISTA COM ALUNOS EVADIDOS

1: Quais os motivos que o (a) levaram a desistir das aulas?

---

---

---

---

---

2: Quais os motivos que o (a) levaram a matricular-se na EJA?

---

---

---

---

3: Quantas vezes você já desistiu das aulas?

---

4: Em qual série/ano você desistiu das aulas pela última vez?

---

---

5: Qual a sua profissão?

---

---

6: Qual o seu estado civil?

---

7: Tem filhos?

---

8: Quantos?

---

9. Idade:

---

10. Local e data:

---

11. Nome:

---